



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO de GESTÃO --- 2008

Biênio 2007-2009



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO de GESTÃO 2008

Biênio 2007-2009

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

BIÊNIO 2007-2009

Desembargadora **Izaura Maria Maia de Lima**
PRESIDENTE

Desembargador **Pedro Ranzi**
VICE-PRESIDENTE

Desembargadora **Eva Evangelista de Araújo Souza**
CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA

SUMÁRIO

1	GESTÃO INSTITUCIONAL	13
1.1.	RECURSOS HUMANOS	15
1.1.1.	ATOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	15
1.1.2.	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	15
1.1.3.	CENTRO MÉDICO DR. ARTHUR CHALUB LEITE	16
1.1.4.	MAGISTRADOS	19
1.1.5.	CONCURSOS	22
1.1.6.	INTEGRAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES	23
1.2.	ADMINISTRAÇÃO	25
1.2.1.	ORIENTAÇÕES NORMATIVAS	25
1.2.2.	ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS	26
1.2.3.	CONTROLE DE MATERIAL	28
1.2.4.	PATRIMÔNIO E MANUTENÇÃO	28
1.2.5.	LICITAÇÃO E COMPRA DE MATERIAL	28
1.2.6.	PRODUÇÃO GRÁFICA	29
1.2.7.	SUORTE TÉCNICO-OPERACIONAL E LOGÍSTICA	30
1.3.	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	31
1.4.	FINANÇAS	33
1.5.	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	35
1.6.	INFORMATIZAÇÃO	43
1.7.	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	47
1.8.	COMUNICAÇÃO SOCIAL	53
2	GESTÃO JURISDICIONAL	63
2.1.	CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	65
2.1.1.	PRINCIPAIS METAS DE GESTÃO – BIÊNIO 2007-2009	65
2.1.2.	ATOS NORMATIVOS	68
2.1.3.	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS/OUVIDORIA	70
2.1.4.	CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA	70
2.1.5.	SETOR DE ESTATÍSTICA – ASSESSORIA DE INFORMÁTICA	79
2.1.6.	OUTRAS ATIVIDADES	81
2.1.7.	JUIZADO DE TRÂNSITO	85
2.2.	DIRETORIA JUDICIÁRIA	87
2.3.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	89
2.3.1.	JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE	89
2.3.2.	PROJETO CIDADÃO	92
2.3.3.	CENTRAL DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS - CEPAL	95



Corte de Justiça do Estado do Acre



Des.ª Eva Evangelista
de Araújo Souza



Des.ª Miracele de Souza
Lopes Borges



Des. Francisco das
Chagas Praça



Des. Arquilau de
Castro Melo



Des. Feliciano Vasconcelos
de Oliveira



Des. Samuel Martins
Evangelista



Des.ª Izaura Maria
Maia de Lima



Des. Pedro Ranzi



Des. Adair José Longuini

APRESENTAÇÃO



or força do disposto no artigo 51, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, cumpre-nos apresentar relatório circunstanciado das atividades executadas no exercício do biênio 2007-2009.

Nesse período, a Direção do Tribunal de Justiça empenhou sua equipe de administração na realização de ações direcionadas a sustentar a organização interna da Instituição e o bom funcionamento da máquina judiciária. Para tanto, definiu como principal orientação de trabalho a **Gestão Compartilhada**, aplicada na relação com a Corte de Justiça, a Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC) e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (SINSPJAC).

A constância de encontros ao longo do ano possibilitou a análise, reivindicação e sugestão das partes sobre a administração e o funcionamento do Poder Judiciário, a estrutura de pessoal e a melhoria da prestação jurisdicional no Estado do Acre. A ASMAC e o SINSPJAC, ambos representados por seus presidentes, participaram de várias reuniões com a Direção do TJAC, que procurou atender aos pleitos das categorias, conforme a possibilidade e conveniência administrativa.

O início de nossa gestão foi pontuado pela elaboração do **Relatório Situacional do TJAC**, apresentado à Corte de Justiça com o propósito de definir as diretrizes do plano de gestão a ser desenvolvido. Ulterior iniciativa, nesse mesmo sentido, foi a realização da **Oficina de Planejamento Estratégico**, envolvendo as equipes da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral da Justiça, Diretorias, Assessorias, Coordenadorias e Seções do Tribunal, com o objetivo de debater a missão do Judiciário, analisar os desafios assumidos pela nova administração e encaminhar propostas de ação.

Assim, apresentamos neste Relatório um retrospecto das ações planejadas e consolidadas no biênio 2007-2009, com foco no eficaz gerenciamento dos recursos públicos e na qualidade dos serviços jurisdicionais.

No âmbito administrativo, adotamos medidas de otimização das atividades-meio para obter melhor resultado na atividade-fim, pelo constante aperfeiçoamento e valorização de servidores, modernização dos métodos e procedimentos, revisão organizacional e funcional dos serviços, redução da burocracia e melhoria das instalações físicas.

Na área administrativa, destacamos ainda a implantação da **Nota Técnica**, empregada no acompanhamento, controle e fiscalização da contratação de serviços e fornecimento de bens, através da qual é averiguada a regularidade do procedimento; as novas orientações para **contenção de despesas** com telefone, veículos e combustível, a partir do planejamento dos gastos para cada trimestre; e a **negociação do spread** com o Banco do Brasil, que possibilitou apoio financeiro para aquisição de bens pelo Poder Judiciário, como o mobiliário do Palácio da Justiça e o novo maquinário do Parque Gráfico do Tribunal, além de melhorar a prestação de serviços da instituição bancária ao Judiciário acreano.

A Direção do Tribunal revitalizou o **programa de capacitação** dos servidores do Poder Judiciário, com o oferecimento de cursos nas diversas áreas da pública administração e da prestação jurisdicional, e prosseguiu na realização de dois importantes concursos públicos para provimento de 10 (dez) vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto, e 30 (trinta) vagas na titularidade de Serviços Notariais e de Registro, em conformidade com o procedimento de privatização das Serventias Extrajudiciais em curso no Judiciário acreano.

Em relação à política de valorização do servidor, registre-se a prioridade para o **pagamento de passivos** acumulados. Por meio de acordo celebrado entre a Direção do Tribunal e o SINSPJAC, foi quitada a dívida referente a horas extras (1997) e o débito relativo a URP/BRESSER (1996). A diferença salarial remanescente do período de conversão da URV em Real, no percentual de 11,98%, foi em grande parte paga para magistrados e servidores que aderiram à proposta apresentada pela Direção do TJAC.

De iniciativa do Judiciário acreano, apoiada pela Corte de Justiça do Estado, a **Lei Complementar nº 181/2008** foi aprovada sem emendas pela Assembléia Legislativa em 27.02.2008. Sancionada, sem vetos, pelo Governador Ar-

nóbio Marques em 06.03.2008 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 13.03.2008, permitiu a reestruturação organizacional e funcional do Judiciário.

Em seu texto, a nova lei traz dispositivos essenciais para a melhoria da prestação jurisdicional, além de contemplar importantes reivindicações dos magistrados e servidores. Dentre as principais mudanças introduzidas, ressalta-se a implantação da Auditoria de Controle Interno, voltada à orientação, acompanhamento e fiscalização do trâmite processual administrativo, principalmente aqueles que originam dispêndio de recursos financeiros; a contratação de Oficiais de Gabinete para auxiliar os magistrados; a isonomia salarial entre os escrivães da Capital e do Interior do Estado; e a concessão de 30% de reajuste salarial para os servidores, sendo 15% em março de 2008 e 15% em janeiro de 2009.

O **programa de reaparelhamento** do Judiciário teve prosseguimento com investimentos na instalação, reforma e ampliação de unidades judiciárias da Capital e do Interior do Estado, incluindo a aquisição de equipamentos de informática e novo mobiliário.

O **processo de informatização** do Poder Judiciário ampliou-se em todo o Acre, com a implementação de iniciativas para modernizar os recursos já existentes. Dentre as principais inovações, destaca-se a aquisição da nova versão do Sistema de Automação da Justiça (SAJ-5), cuja instalação na rede lógica do Judiciário teve início em abril de 2008, proporcionando melhor desempenho no trânsito virtual de informações. Após a conversão do SAJ-3 para SAJ-5 nas comarcas de Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Rio Branco, o TJAC investiu na interligação das comarcas de Senador Guiomard, Bujari, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul ao SAJ-5

O Tribunal de Justiça também desenvolveu um novo **projeto de comunicação social**, ancorado na mídia impressa e eletrônica, visando facilitar a comunicação institucional do Poder Judiciário com a sociedade. Para informar o cidadão de forma precisa e transparente sobre os seus direitos, e aumentar a confiança na eficácia do Judiciário, o novo projeto de comunicação lançou uma série de produtos, com destaque para a publicação do “Judiciário em Foco”, informativo mensal do TJAC.

Nessa área, também merece destaque o novo portal do Poder Judiciário, lançado na rede mundial de computadores em julho de 2008. Reestruturado, o novo portal contempla as principais reivindicações dos usuários, especialmente no que se refere à atualização das informações disponibilizadas e ao oferecimento de serviços de pesquisa, como o de consulta processual e consulta à jurisprudência da Corte acreana.

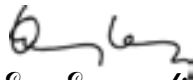
No campo jurisdicional, a Corregedoria Geral da Justiça desenvolveu ações reformadoras com propósitos modernizantes, entre os quais, de modo especial, facilitar a busca da tutela jurisdicional e possibilitar maior qualidade e celeridade na sua prestação. Exemplo desse trabalho foi a realização da **Correição Geral Ordinária** em todas as comarcas do Estado, orientada por dois objetivos principais: atender ao princípio da razoável duração do processo e, conseqüentemente, reduzir as taxas de congestionamento apresentadas pelas unidades judiciárias.

Durante o biênio 2007-2009, a Direção do TJAC buscou cumprir satisfatoriamente a missão da Instituição, de acordo com as metas estabelecidas. O trabalho compartilhado, pautado pelo aprimoramento contínuo e progressivo dos serviços, com rigor na utilização dos recursos públicos, procurou, ainda, a transparência, uniformização e simplificação de rotinas e procedimentos, motivação e engajamento do corpo funcional, promovendo, assim, melhor relação entre recursos, ações e resultados.

Para finalizar, registramos nosso reconhecimento e agradecimento aos integrantes do Poder Judiciário do Acre – desembargadores, juízes e servidores, dedicados à construção de uma Justiça mais célere, eficiente e comprometida com a pacificação social. Este Relatório de Gestão resume o trabalho e esforço concentrado de todos.


Desa. **Izaura Maia**
Presidente


Des. **Pedro Ranzi**
Vice-Presidente


Desa. **Eva Evangelista**
Corregedora Geral da Justiça

1

GESTÃO INSTITUCIONAL



1.1. RECURSOS HUMANOS

A par das prioridades administrativas estabelecidas para o biênio 2007-2009, a Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça cumpriu com as atividades relacionadas a legislação, cadastro, pagamento, avaliação e desenvolvimento pessoal, seguindo a diretriz de valorização do servidor.

Demonstrativo de Pessoal

Especificação	Quantitativo	
	2007	2008
Ativos *	1.630	1.501
Inativos **	74	89
Total	1.704	1.590

(*) Incluídos os servidores de outros Órgãos cedidos ao TJAC.

(**) Incluídos os pensionistas.

FONTE: Diretoria de Recursos Humanos do TJAC.

1.1.1. ATOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

O Tribunal de Justiça concedeu progressão funcional a 651 servidores no ano de 2008. Todos do Quadro de Pessoal Efetivo, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Estadual nº 105/2002 (Fonte: Diretoria de Recursos Humanos do TJAC).

1.1.2. DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Desenvolver, preparar, atualizar e aperfeiçoar também foram os objetivos da Direção do Tribunal de Justiça no ano de 2008, visando o bom desempenho dos servidores em suas funções e a sua valorização profissional.

Nesse sentido, o Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário (CECAP) desenvolveu uma programação de cursos nas áreas de administração e gestão pública e de prestação jurisdicional, que permitiram aos servidores o acesso a conhecimentos e habilidades necessários para condução do processo de reestruturação e modernização do Judiciário.

Cursos promovidos pelo CECAP – 2008

Rio Branco

Curso	Carga Horária	Nº de Participantes
Português Instrumental e Redação Oficial	40	19
Treinamento do Sistema PROJUDI – Processo Judicial Digital	11	13
Violência Doméstica contra Criança e Adolescente	15	23

Cálculos, Alterações e Revisões de Proventos de Aposentadorias e Pensão do Servidor Público e dos Beneficiários	20	27
Relacionamento Pessoal x Interpessoal no Setor de Trabalho	15	17
5S da Qualidade	15	18
Legislação Aplicada aos Juizados Especiais	15	30
Programa de Capacitação dos Agentes Comunitários (Convênio TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco)	74	05
Treinamento do SAJ-5	320	435
Total de Cursos		09
Total de Participantes Cursos		587

FONTE: Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

Interior

Curso	Comarca	Carga Horária	Nº de Participantes
Práticas Cartorárias Cíveis	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Taumaturgo e Porto Walter	15	44
Gestão e Liderança	Senador Guimard	20	29
Português Instrumental e Redação Oficial	Sena Madureira	40	43
Violência Doméstica contra Criança e Adolescente	Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil	15	81
Violência Doméstica contra Criança e Adolescente	Xapuri	15	30
Prisão e Liberdade Provisória	Cruzeiro do Sul	08	38
Relacionamento Pessoal X Interpessoal no Setor de Trabalho	Brasiléia	15	61
Treinamento do SAJ-5	Senador Guimard	40	34
	Bujari		09
	Sena Madureira		34
	Cruzeiro do Sul		80
Total de Cursos			08
Total de Participantes			326

FONTE: Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

1.1.3. CENTRO MÉDICO DR. ARTHUR CHALUB LEITE

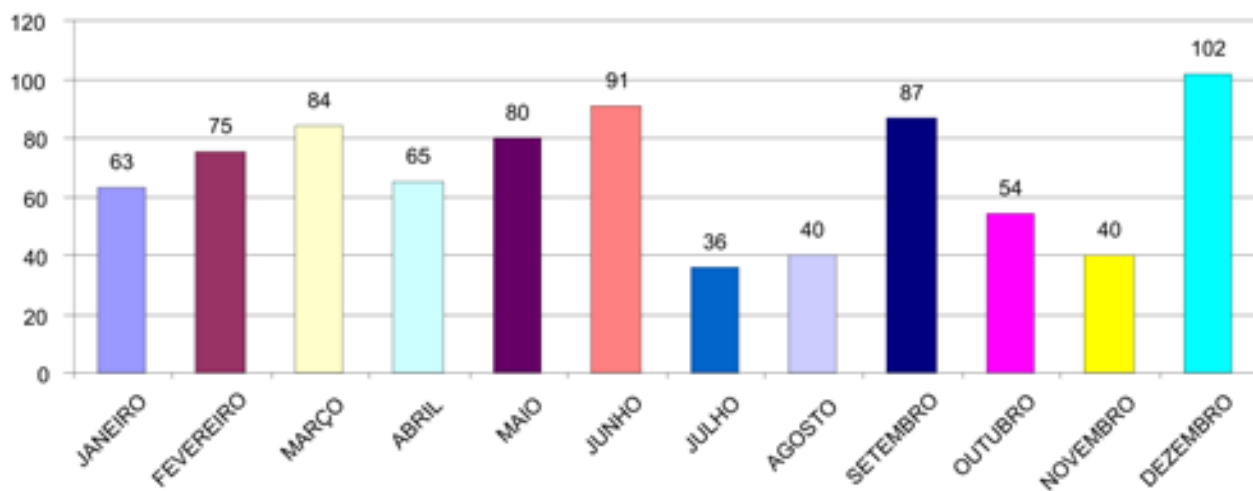
Atendimentos realizados na área médica - 2008

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	63
Fevereiro	75
Março	84
Abril	65

Maio	80
Junho	91
Julho	36
Agosto	40
Setembro	87
Outubro	54
Novembro	40
Dezembro	102
Total	817

FONTE: Centro Médico - Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

Atendimento Médico - 2008



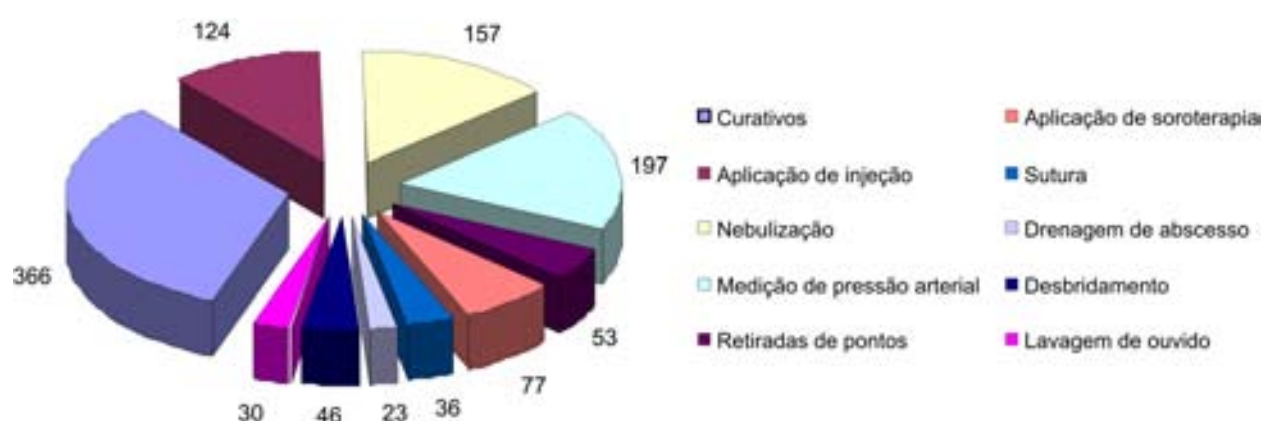
FONTE: Centro Médico - Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário

Atendimentos realizados na área de enfermagem - 2008

MÊS	QUANTIDADE
Curativos	366
Aplicação de injeção	124
Nebulização	157
Medição de pressão arterial	197
Retiradas de pontos	53
Aplicação de soroterapia	77
Sutura	36
Drenagem de abscesso	23
Desbridamento	46
Lavagem de ouvido	30
Total	1.109

FONTE: Centro Médico - Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário

Atendimento de Enfermagem - 2008



FONTE: Centro Médico - Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.

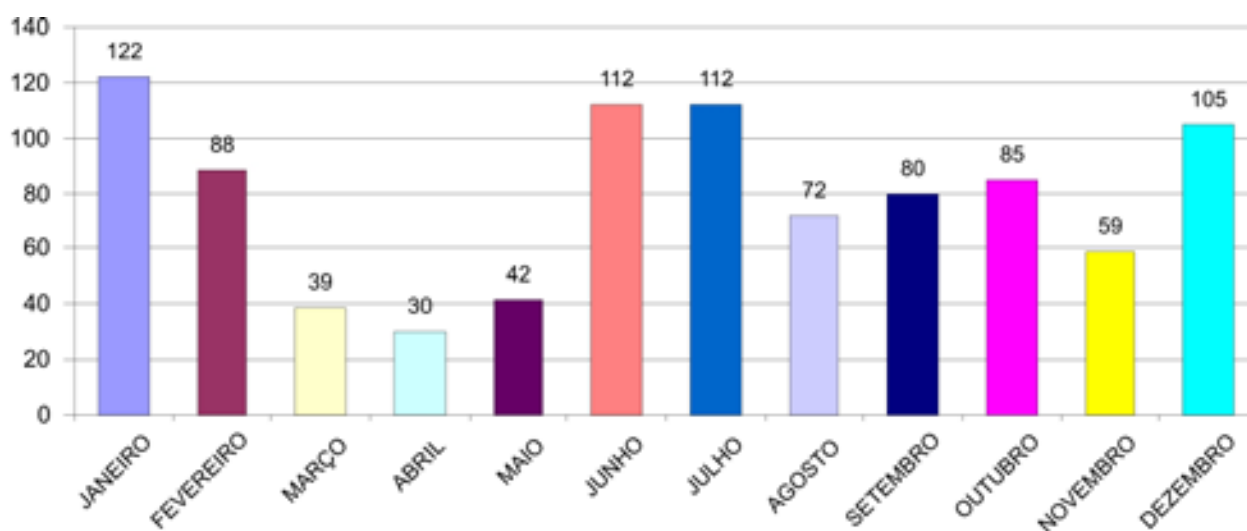
Atendimentos realizados na área odontológica - 2008

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	122
Fevereiro	88
Março	39
Abril	30
Maio	42
Junho	112
Julho	112
Agosto	72
Setembro	80
Outubro	85
Novembro	59
Dezembro	105
Total	946

FONTE: Centro Médico - Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário



Atendimento Odontológico - 2008



FONTE: Centro Médico - Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário

1.1.4. MAGISTRADOS

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre encerrou o ano de 2008 com um quadro de 42 Magistrados, sendo 22 Juízes de Direito de Entrância Especial, 11 Juízes de Segunda Entrância e 9 Desembargadores.

Quadro da Magistratura

Magistrados	2007	2008
Juiz de Direito Substituto	-	-
Juiz de 1ª Entrância	-	-
Juiz de 2ª Entrância	14	11
Juiz de Entrância Especial	21	22
Desembargador	9	9
Total	44	42

FONTE: Conselho da Magistratura do TJAC.

Remoção e Promoção de Magistrados

No biênio 2007-2009, o Tribunal de Justiça conduziu importantes processos de remoção e promoção de magistrados.

► Em 1º de agosto de 2007, o Juiz de Direito **Marcelo Coelho de Carvalho** foi empossado como titular da Vara do Tribunal do Júri, após remoção da Vara de Execuções Penais, ambas da Comarca de Rio Branco.



► Em 31 de outubro de 2007, o Juiz de Direito de Entrância Especial **Adair José Longuini** foi escolhido pelo Tribunal Pleno Administrativo para o cargo de Desembargador do TJAC. No dia 07 de dezembro de 2007, o novo integrante tomou posse como Membro da Corte Acreana.

► No dia 07 de março de 2008 a Juíza de Direito **Maha Kouzi Manasfi e Manasfi**, promovida à Entrância Especial, tomou posse como titular da Vara de Execuções Penais de Rio Branco. A magistrada, que era Titular da 2ª Vara Cível de Cruzeiro do Sul, ocupou a vaga deixada pelo Juiz Marcelo Coelho, que assumiu, em agosto de 2007, a titularidade da Vara do Tribunal do Júri da Capital.



► Promovido à Entrância Especial, o Juiz de Direito **Pedro Luis Longo** tomou posse como Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco no dia 12 de maio de 2008. O magistrado assumiu a vaga deixada pelo Juiz de Direito Wellington de Carvalho Coelho, aposentado compulsoriamente em novembro de 2007.



► No dia 04 de setembro de 2008, o Juiz de Direito **Laudivon de Oliveira Nogueira** foi empossado como titular da 1ª Vara Cível de Rio Branco, após processo de remoção. Laudivon Nogueira era titular da 2ª Vara da Família da Capital e ocupou a vaga deixada pelo então Juiz Adair Longuini, que tomou posse, em dezembro de 2007 como Desembargador do TJAC.

► Após processo de remoção, no dia 10 de outubro de 2008, a Juíza de Direito **Olívia Maria Alves Ribeiro** tomou posse como Titular da 5ª Vara Criminal – Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Rio Branco. A magistrada atuava como titular da 4ª Vara Cível de Rio Branco e assumiu a primeira titularidade da Vara de Violência Doméstica, instalada em 29 de fevereiro de 2008.



► O Juiz de Direito **Marcelo Coelho de Carvalho** tomou posse como Titular da 4ª Vara Cível de Rio Branco, após processo de remoção da Vara do Tribunal do Júri.

► Os Juízes de Direito **Romário Divino Faria** e **Fernando Nóbrega da Silva**, promovidos à Entrância Especial, foram empossados como titulares da Vara da Infância e da Juventude e da 2ª Vara de Família de Rio Branco, respectivamente.



1.1.5. Concursos

No biênio 2007-2009, o TJAC deu prosseguimento à realização de dois importantes concursos públicos: um para provimento de 10 (dez) vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto e outro para 30 (trinta) vagas na titularidade de Serviços Notariais e de Registro, em conformidade com o procedimento de privatização das Serventias Extrajudiciais em curso no Judiciário acreano.



1.1.6. INTEGRAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Como parte da política de valorização e integração de magistrados e servidores, o TJAC promoveu, por intermédio do CECAP e da Assessoria de Comunicação Social, eventos comemorativos em datas específicas. Em todas as ocasiões foi registrada grande participação da comunidade forense.



1. Dia Internacional da Mulher - 2007
2. Dia Internacional da Mulher - 2008
3. Dia das Mães - 2007

4. Dia das Mães - 2008
5. Dia dos Pais - 2007
6. Dia dos Pais - 2008

7. Dia do Servidor Público - 2007
8. Dia do Servidor Público - 2008
9. Entrega do Panetone Natalino - 2008





1.2. ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Geral, subordinada à Presidência, é o órgão responsável pelas ações de provimento do aparato logístico e operacional necessário ao desempenho das atividades do Poder Judiciário Acreano. A Diretoria Geral abrange as seguintes unidades: Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças, Diretoria de Planejamento e Orçamento, Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria de Tecnologia da Informação.

1.2.1. ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

No sentido de otimizar as atividades realizadas pelas Unidades vinculadas à Diretoria Geral, no ano de 2008 foram emanadas orientações e atos normativos, dentre outros, afetos às seguintes questões:

- Comunicado Interno nº 010/2008 – Treinamento para usuários do SAJ-5.
- Comunicado Interno nº 026/2008 – CIRCULAR - Utilização de Recursos de Suprimento de Fundos.
- Comunicado Interno nº 037/2008 – Formalização de Processo Administrativo.
- Comunicado Interno nº 047/2008 – Termo de Cooperação Técnico-Institucional para viabilizar o monitoramento de penas e medidas alternativas – CEPAL x SEMCAS. Objeto do Proc. nº 2007.001544-2.
- Comunicado Interno nº 058/2008 – Celebração de Convênios. Favorecido: Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre. Divulgação.
- Comunicado Interno nº 075/2008 – CIRCULAR – Informações sobre a nova estrutura do Tribunal de Justiça. Lei nº 181, de 12.03.2008.
- Comunicado Interno nº 094/2008 – Convênios: Procedimentos. Nota Fiscal. Autorização de Empenho.
- Comunicado Interno nº 101/2008 – I Encontro de Integração da Justiça Acre-Bolívia
- Comunicado Interno nº 104/2008 – CIRCULAR - Serviços de Telefonia Fixa. Regras de Uso.
- Comunicado Interno nº 116/2008 – Classificação dos Produtos no Almoxarifado/Patrimônio.
- Comunicado Interno nº 143/2008 – Disponibilidade Orçamentária e Financeira - Comunicado Interno nº 011/2008.
- Comunicado Interno nº 153/2008 – CIRCULAR – Definição de Atribuições Lei Complementar Estadual nº 181, de 12.03.2008
- Comunicado Interno nº 160/2008 – CIRCULAR – Relatório Quadrimestral - Relatório Anual da Gestão.
- Comunicado Interno nº 161/2008 – CIRCULAR – Cartões de Postagem.
- Comunicado Interno nº 173/2008 – Serviço de impressão e tiragem de cópias. Contenção de despesa.
- Comunicado Interno nº 185/2008 – Abertura de concorrência para permissão de uso de espaço público nas dependências do Palácio da Justiça (Café Jurídico).
- Comunicado Interno nº 201/2008 - Abastecimento de água potável.
- Comunicado Interno nº 213/2008 - Adoção de providências: movimentação e guarda de processos.
- Comunicado Interno nº 233/2008 - Implantação de normas da Resolução nº 062, de 18.07.2008 – TCE.

- Comunicado Interno nº 252/2008 – Regularização de condução de procedimentos licitatórios.
- Comunicado Interno nº 258/2008 – Alterações na base do Sistema ERP.
- Comunicado Interno nº 277/2008 – CIRCULAR – Cumprimento da Instrução Normativa nº 02/2004 – SAI SG.
- Comunicado Interno nº 294/2008 – Aquisição de leitores de código de barras.
- Comunicado Interno nº 308/2008 – Realização do 76º Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.
- Comunicado Interno nº 311/2008 – Realização de curso (licitação).
- Comunicado Interno nº 330/2008 – Realização do curso “O Juiz e a Ética”. Demandas.
- Comunicado Interno nº 344/2008 – Cadastro Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC.
- Comunicado Interno nº 356/2008 – Relatório dos contratos vigentes de responsabilidade da CADM, CLOG e CEAM.
- Comunicado Interno nº 357/2008 – Comissão de Leilão de Bens Inservíveis.
- Comunicado Interno nº 378/2008 – CIRCULAR - Informações Conselho Nacional de Justiça.
- Comunicado Interno nº 392/2008 – Atendimento de Demandas de Unidades Judiciárias.

1.2.2. ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

No ano de 2008, o TJAC também autorizou adesão às suas Atas de Registro de Preços, assim como recebeu autorização para aderir às Atas de outros Órgãos, conforme demonstrado a seguir:

Adesão a Atas do TJAC

Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Departamento de Gestão Interna da Secretaria de Estado de Agropecuária
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Coordenadora da Comissão Permanente de Licitação - Secretaria de Educação
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Diretor Geral do DETRAN/RO
Pregão nº 028/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Chefe da Divisão de Gestão Interna da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA
Pregão nº 028/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Departamento de Administração e Finanças da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
Pregão nº 031/2007- Proc. nº 2007.003122-6	Diretora Presidente do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Coordenador Geral/SESAU/RO
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria de Estado – SECEL
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria Municipal de Saúde
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria Adjunta de Gestão Interna
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria de Articulação Institucional do Estado do Acre
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - RO
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Ministério da Fazenda de Rondônia
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria Municipal de Educação - RO
Pregão nº 25/2007 - Proc. nº 2007.002707-6	Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE
Pregão nº 25/2007 - Proc. nº 2007.002707-6	Secretaria de Segurança Pública
Pregão nº 08/2008 - Proc. nº 2008.000250-3	Tribunal de Justiça de Alagoas

Pregão nº 08/2008 - Proc. nº 2008.000250-3	Secretaria Regional do Min. Trab.
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretário de Estado de Planejamento – SEPLAN/AC
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Presidente da CPL do TJ/RO
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHAB
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretário de Administração do TRE - PA
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Procuradora Geral do Estado do Acre
Pregão nº 28/2007 - Proc. nº 2007.002825-0	Secretário de Estado da segurança, Defesa e Cidadania – SEDESC - FUNRESPOL

FONTE: Diretoria Geral do TJAC.

Adesão do TJAC a Atas de outros Órgãos

Ata do Registro de Preços nº 13/2007 do Pregão nº 92/2007	Secretaria de Estado e Assistência Social
Ata de Registro de Preços nº 07/2008 do Pregão nº 103/2207	Secretaria de Estado de Educação – SEE
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 69/2007	Secretaria de Estado de Agropecuária
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 50/2007	Instituto de Terras do Acre - ITERACRE
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 113/2007	Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA
Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 62/2007	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Ata de Registro de Preços nº 67/2007 do Pregão 86/2007	Secretaria de Estado de Educação - SEE
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 57/2007	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJ/RN
Ata de Registro de Preços nº 007/2008 do Pregão nº 009/2008	Secretaria de Estado e Assistência Social
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 13/2008	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 24/2007	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 54/2007	Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 152/2007	Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE
Ata de Registro de Preços 004/2008 do Pregão nº 35/2008	Secretaria de estado de Infra-Estrutura e Obras Públicas - SEOP
Ata de Registro de Preços 002/2008 do Pregão nº 23/2007	Secretaria de Estado da Floresta - SEF
Ata de Registro de Preços nº 01/2008	Empresa de Tecnologia do Ceará - ETICE
Ata de Registro de Preços nº 008/2007	Secretaria de estado de Segurança Pública - SESP
Ata de Registro de Preços nº 133/2007	Tribunal Superior do Trabalho - TST
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 42/2007	Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro – JF/RJ
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 15/2007	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE/DF
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 88/2008	Secretaria de Estado de Educação - SEE
Ata de Registro de Preços nº 111/2008 do Pregão nº 75/2008	Secretaria de Estado de Educação - SEE
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 28/2008	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre - SESP
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 117/2008	Universidade Federal de Goiás - UFG
Ata de Registro de Preços nº 60/2007 do Pregão nº 182/2007	Superior Tribunal de Justiça - STJ
Ata de Registro de Preços do Pregão nº 34/2008	Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Ata de Registro de Preços nº 009/2008 do Pregão nº 109/2008	Secretaria de Estado Extraordinário de Ações Sócio-Educativas - SEAS
Ata de Registro de Preços nº 73/2008	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Ata de Registro de Preços nº 69/2008	Fundação Universidade Brasília - FUB

FONTE: Diretoria Geral do TJAC.

1.2.3. CONTROLE DE MATERIAL

Material de Consumo

Especificação	Valor (R\$)	
	2007	2008
Estoque em 31 de dezembro	552.016,83	939.370,77
Entradas no período	2.657.720,12	2.240.180,20
Saídas no período	2.270.366,17	2.446.517,59
Saldo ao final do período	939.370,77	733.033,38

FONTE: Setor de Almoxarifado e Controle de Material do TJAC.

Material Permanente

Especificação	Valor (R\$)	
	2007	2008
Estoque em 31 de dezembro	3.600,00	375.596,15
Entradas no período	1.054.491,49	2.947.389,95
Saídas no período	682.495,34	3.196.627,97
Saldo ao final do período	375.596,15	126.358,13

FONTE: Setor de Almoxarifado e Controle de Material do TJAC.

1.2.4. PATRIMÔNIO E MANUTENÇÃO

Bens Permanentes

Especificação	Valor (R\$)	
	2007	2008
Bens adquiridos através de convênio	112.115,59	58.318,94
Bens adquiridos com recursos próprios	933.463,51	2.943.626,78
Bens recebidos em doação	702.825,60	279.106,52
Bens leiloados	151.640,48	310.162,74

FONTE: Setor de Patrimônio e Manutenção do TJAC.

1.2.5. LICITAÇÃO E COMPRA DE MATERIAL

Demonstrativo de Procedimentos Licitatórios - Ano 2008

Modalidade	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Redução Alcançada (%)
Pregão Presencial	7.932.045,33	5.930.154,48	-25,24%
Pregão Eletrônico	181.485,00	145.500,00	-19,83%
Tomada de Preços	1.765.997,71	1.550.418,36	-12,21%
Concorrência	2.964.191,30	2.728.552,79	-7,95%
Convite	396.866,75	369.696,74	-6,85%

FONTE: Comissão Permanente de Licitação do TJAC.

1.2.6. PRODUÇÃO GRÁFICA

Demonstrativo de Produção - 2008

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Edições do Diário da Justiça	276
Capas de Processos	146.000
Edições do Informativo Judiciário em Foco	11
Convites Diversos	40.000
Projeto Mais Arte	8.000
Coletânea de Leis do Tribunal	80
Adesivo comemorativo aos 45 anos do TJAC	30.000
Livros e Revistas (Proposta Orçamentária, Ementário Criminal, Relatório de Gestão da ESMAC, Consolidação Normativa Notarial e Registral, Consolidações Gerais da Corregedoria)	1.500
Cartões Diversos	80.000
Encadernação e Restauração	3.580
Carteiras de Oficial de Justiça	70
Impressos Diversos (Folders, Envelopes, Formulários e Cartazes)	22.000
Procuradoria Geral do Estado do Acre Termo de Cooperação Técnica nº 001/2007	
Capas de Processos	8.000
Boletim Informativo da PGE/AC (Jornal)	250
Encadernação	70

FONTE: Coordenadoria do Parque Gráfico do TJAC.



1.2.7. SUPORTE TÉCNICO-OPERACIONAL E LOGÍSTICA

A Coordenadoria de Logística é responsável pelas atividades de suporte técnico-operacional e logística de distribuição. Dentre as suas principais funções estão os serviços de deslocamento de magistrados e servidores; distribuição de material (protocolos, refeições e água) e arquivo; conservação, limpeza e manutenção predial. Face a extensão de sua área de atuação, a Coordenadoria opera administrativamente em parceria com os Setores de Arquivo, Reprografia e Transporte.

Despesas Realizadas - 2008

DESCRIÇÃO SERVIÇO/CONSUMO	VALOR (R\$)
1. Fornecimento de alimentação	168.074,53
2. Manutenção de aparelhos de refrigeração (peças e serviços)	106.918,00
3. Cópias (peças e serviços)	190.013,14
4. Fornecimento de polpa de frutas	6.392,70
5. Fornecimento de gás de cozinha	7.010,60
6. Fornecimento de água (potável e mineral)	65.782,48
7. Serviço de chaves e carimbos	11.699,50
8. Conservação da frota (peças e serviços)	111.578,03
9. Fornecimento de combustível (Capital e Interior)	343.513,02
10. Serviço de conservação e limpeza (Capital e Interior)	1.562.425,13
11. Serviço de manutenção corretiva de instalações prediais	134.403,24
Total	2.707.810,37

Do ponto de vista operacional, à Coordenadoria de Logística cabe basicamente a execução dos contratos firmados com empresas para prestação de serviços. Em 2008, foi entregue um veículo utilitário para o transporte de cargas (marca Hyundai, modelo HR 2.5, com capacidade para transportar até 4.600 kg).



1.3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

No ano de 2008, a Diretoria de Planejamento e Orçamento continuou atuando no auxílio à administração do Poder Judiciário, atendendo as demandas da Presidência com informações e projeções estatísticas que resultaram em diversos trabalhos: elaboração da Proposta Orçamentária Anual; supervisão e acompanhamento da execução orçamentária, além de adequações das dotações orçamentárias (suplementações/remanejamentos) anuais; processos de consulta de disponibilidade orçamentária, coleta de informações e projeções estatísticas sobre a coordenação e execução do orçamento e despesas; elaboração de projetos de captação de recursos junto a organismos governamentais e não-governamentais; elaboração, acompanhamento e controle dos convênios celebrados entre o Poder Judiciário e demais organismos públicos e privados, bem como de suas prestações de contas.

Demonstrativo da Evolução do Orçamento Aprovado e Executado

Ano	Aprovado		Total Aprovado	Executado		Total Executado
	Fonte			Fonte		
	Recursos Próprios	Recursos de Convênios		Recursos Próprios	Recursos de Convênios	
2005	65.932.142,00	0,00	65.932.142,00	71.062.015,66	1.025.315,18	72.087.330,84
2006	74.468.071,00	8.290.105,00	82.758.176,00	79.053.308,43	2.167.322,34	81.220.630,77
2007	86.169.171,00	8.290.105,00	94.459.276,00	102.146.571,78	1.022.340,19	103.168.911,97
2008	97.645.300,00	3,00	97.645.303,00	108.741.205,78	1.665.470,22	110.406.676,00
2009	124.444.565,66	14,00	124.444.579,66	Em Execução		

FONTE: Diretoria de Planejamento e Orçamento do TJAC.



Demonstrativo de Projetos de Captação de Recursos - 2008

Nº DO CONVÊNIO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	SITUAÇÃO	FONTE FINAN- CIADORA	VALOR (R\$)
001/2008	Programa Justiça Comunitária - Exercício da Cidadania com a Participação da Comunidade.	APROVADO LIBERADO RECURSO	PMRB/AC	55.000,00
023/2008	Projeto Cidadão - Cidadania para inserção das comunidades amazônicas às políticas públicas de sustentabilidade (Com ênfase na cidade de Santa Rosa do Purus).	APROVADO LIBERADO RECURSO	SEDH	110.000,00
024/2008	Projeto Cidadão - Cidadania para inserção das comunidades amazônicas às políticas públicas de sustentabilidade (Com ênfase nas cidades de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo na localidade Foz do Breu).	APROVADO LIBERADO RECURSO	SEDH	110.000,00
028/2008	Projeto Cidadão – Cidadania ao alcance de todos em Rio Branco - Acre.	APROVADO LIBERADO RECURSO	SEDH	110.000,00
034/2008	Justiça Comunitária - Mediação de Conflitos via métodos extrajudiciais (Regional I – Rio Branco, Municípios de Capixaba e Epitaciolândia).	APROVADO LIBERADO RECURSO	PRONASCI SRJ/MJ	303.030,30
0084/2008	Violência Doméstica - Fortalecimento às Atividades da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco.	APROVADO AGUARDANDO LIBERAÇÃO DO RECURSO	PRONASCI SRJ/MJ	306.800,00
700546/2008	Justiça Comunitária - Reestruturação do Núcleo Administrativo do Programa Justiça Comunitária - Mediação de Conflitos via métodos extrajudiciais e criação da Regional II – Rio Branco.	APROVADO LIBERADO RECURSO	SEDH	770.000,00

FONTE: Diretoria de Planejamento e Orçamento do TJAC.



1.4. FINANÇAS

A Diretoria de Finanças do TJAC, visando a utilização dos recursos financeiros disponíveis, desenvolveu orientações sobre a concessão de Suprimento de Fundos, a utilização coerente de telefones e a aquisição de material de consumo e permanente. Além das orientações repassadas, a Diretoria também efetivou ações de suporte à Presidência referentes à situação financeira e orçamentária do Tribunal de Justiça.

RECEITAS PRÓPRIAS

Custas e Emolumentos

Demonstrativo da Receita Arrecadada - Ano 2008

Mês	Total Arrecadado	TJAC*
Janeiro	575.069,07	465.852,39
Fevereiro	517.822,23	422.218,54
Março	588.573,48	471.182,92
Abril	545.885,27	439.352,41
Maiο	599.970,48	494.935,23
Junho	641.976,63	530.733,84
Julho	734.518,58	613.251,70
Agosto	648.948,72	543.236,86
Setembro	710.405,18	595.677,79
Outubro	716.880,05	604.355,32
Novembro	724.914,50	610.431,96
Dezembro	685.622,96	0,00
Total	7.690.587,15	5.791.228,96

(*) Cálculo em conformidade com o art.17, §§1º e 2º da Lei nº 1.422/01.
FONTE: Diretoria de Finanças do TJAC.

Evolução da Receita

Do total das receitas arrecadadas em 2008, observa-se um incremento no percentual de 28,3% em relação ao ano de 2007:

Demonstrativo de Evolução da Receita - Custas e Emolumentos - Ano 2008

ANO	VALOR (R\$)	%
2003	3.243.165,58	-
2004	3.154.513,16	-2,81%
2005	4.780.731,04	51,6%
2006	5.033.187,52	5,3%
2007	5.973.407,11	18,7%
2008	7.690.587,15	28,7%

FONTE: Diretoria de Finanças do TJAC.

PAGAMENTOS DE PASSIVOS

A Direção do TJAC estabeleceu como prioridade da política de valorização do servidor o pagamento de passivos acumulados. Após acordo celebrado entre a Direção do Tribunal de Justiça, o SINSPJAC e a ASMAC, foi dada continuidade aos pagamentos:

- Diferença Salarial dos Planos URP e Bresser, período de setembro de 1996 a julho de 1997, quitado em abril de 2008.
- Diferença Salarial referente a juros e correção dos 11,98%, de acordo com a proposta apresentada pela Direção do TJAC, em grande parte paga a magistrados e servidores.



1.5. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

No biênio 2007-2009, o programa de reaparelhamento do Judiciário recebeu investimentos para instalação, reforma e ampliação de fóruns e unidades da Capital e do Interior do Estado, incluindo a aquisição de novo mobiliário e equipamentos de informática.

Visando a melhoria dos prédios utilizados pelo Poder Judiciário, várias foram as ações empreendidas pelo TJAC com foco na otimização dos espaços disponíveis, propiciando a instalação de novas unidades e a readequação das já existentes.

Orientada por esse objetivo, a Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção (CEAM) cumpriu com uma série de atividades de construção, reforma, ampliação e readequação.

04 de abril de 2007

Fórum Criminal da Comarca de Rio Branco

Agregando as quatro Varas Criminais existentes na Comarca de Rio Branco, juntamente com a Vara de Execuções Penais e a Central de Execução de Penas Alternativas, o Fórum Criminal da Comarca de Rio Branco foi instalado no dia 04 de abril de 2007. Com três pavimentos, localização estratégica, de fácil acesso, a nova unidade possui espaço preparado para proporcionar melhor ambiente de trabalho e atendimento ao público e profissionais. As principais novidades no tocante ao espaço, além da clara melhoria na infra-estrutura de trabalho, são as salas de reconhecimento, equipadas com espelho para mais segurança e liberdade ao ato de reconhecimento; sala de atendimento psicossocial para vítimas e testemunhas, adaptadas com isolamento acústico, que atende a exigências éticas no que diz respeito ao sigilo dos assuntos que são tratados com a equipe de psicólogos e assistentes sociais; e sala de Depoimento Sem Dano, com estrutura e equipamentos especiais para favorecer o depoimento de crianças e adolescentes..



FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE RIO BRANCO
Avenida Getúlio Vargas, 1.213. Bosque.
69908-650. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5455.

03 de agosto de 2007

TJAC entrega obra de reforma do Fórum de Senador Guimard

Durante solenidade realizada no dia 03 de agosto de 2007, o TJAC entregou à comunidade forense e à população de Senador Guimard a obra de reforma e melhoria do Fórum Desembargador Ananias Gadelha Filho. A obra consistiu na renovação geral das antigas instalações, com ampliação e pintura do espaço para acomodação das Serventias Extrajudiciais e do Centro Integrado de Cidadania, que também conta com um anexo para a Defensoria Pública e Ministério Público Estadual. Além da reforma estrutural, que incluiu a implantação de rede lógica de internet, o Fórum também recebeu novo mobiliário e a instalação de novos equipamentos de informática e ar condicionado.



FÓRUM DESEMBARGADOR ANANIAS GADELHA FILHO
Avenida Castelo Branco, s/n. Centro.
69.925-000. Senador Guimard.AC - Telefone: (68) 3232 2464.

▼

17 de agosto de 2007
Juizados Especiais Cíveis têm novas instalações em Rio Branco

Visando proporcionar melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores da Justiça, além de oferecer uma prestação jurisdicional mais eficiente à sociedade, a Direção do TJAC entregou no dia 17 de agosto de 2007 as novas instalações dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Rio Branco. Desde então, estão reunidos em um mesmo espaço o 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis, a 1ª e 2ª Turmas Recursais dos Juizados, o Juizado de Trânsito e a Justiça Comunitária Itinerante.



JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
Rua Manoel Rodrigues de Souza, 261. Bosque.
69.908-140. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5500.

▼

19 de dezembro de 2007
Fórum de Plácido de Castro ganha novas instalações

No dia 19 de dezembro de 2007, a Presidente Izaura Maia entregou à população do município de Plácido de Castro as novas instalações do Fórum Desembargador José Lourenço Furtado Portugal. Instalado em 30 de março de 1996, o Fórum de Plácido de Castro nunca havia sofrido reforma em seu projeto original. Assim, a obra consistiu na reforma geral das antigas instalações, com pintura, ampliação e reorganização dos espaços dos cartórios, aquisição de novo mobiliário, instalação de novo sistema de refrigeração de ar e nova rede lógica de internet. A obra garantiu também a acomodação dos núcleos da Defensoria e do Ministério Público, bem como das Serventias Extrajudiciais, nas antigas residências oficiais, situadas ao lado do Fórum.



FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ LOURENÇO FURTADO PORTUGAL
Rua Juvenal Antunes, 1.079. Centro.
69.928-000. Plácido de Castro.AC - Telefone: (68) 3237 1205.

▼

16 de janeiro de 2008
Concluída a reforma do Centro Médico do Poder Judiciário

A obra de reforma do Centro Médico Dr. Arthur Chalub Leite (CEMED) foi entregue pela Direção do TJAC no dia 16 de janeiro de 2008. Localizado em área central da capital Rio Branco, o CEMED foi fundado em 1996, para oferecer assistência gratuita aos magistrados e servidores do Judiciário e respectivos familiares, nas áreas médica, odontológica e de enfermagem. Com a obra de reforma, o objetivo da Direção do TJAC foi o melhoramento da estrutura física e sua adequação aos diversos serviços prestados pelo CEMED. A unidade conta com um consultório médico, um odontológico, uma sala de enfermagem e observação médica, recepção, sala de espera, banheiros masculino e feminino, almoxarifado e copa.



CENTRO MÉDICO DR. ARTHUR CHALUB LEITE
Rua Marechal Deodoro, 811. Centro.
69.900-210. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5549.

▼

29 de fevereiro de 2008
Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Em solenidade realizada no dia 29 de fevereiro de 2008 foi instalada a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco. A Vara apresenta uma estrutura adequada para atendimento do seu público-alvo, como salas de espera individualizadas para homens e mulheres, brinquedoteca, baterias de banheiro (masculino e feminino), sala para atendimento nas áreas de serviço social e psicologia, além de gabinete do Juiz, copa e salas para reuniões, assessoria jurídica, audiências e advogados.



VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Rua 24 de Janeiro, 55. Segundo Distrito.
69.901-150. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 3857.

30 de abril de 2008

Modernizado o Parque Gráfico do TJAC

Em solenidade realizada no dia 30 de abril de 2008, o TJAC entregou o seu novo Parque Gráfico, fruto da renovação do contrato de serviços assinado com o Banco do Brasil em outubro de 2007. O novo maquinário otimizou os serviços da unidade gráfica e proporcionou significativa melhoria na qualidade dos impressos produzidos pelo Tribunal. Localizada no subsolo do Fórum Barão do Rio Branco, o espaço físico da Gráfica também passou por reforma, visando oferecer mais conforto, comodidade e praticidade aos servidores da unidade. Para o TJAC sempre foi importante divulgar sua jurisprudência e compartilhar a experiência e o conhecimento adquiridos nestes 45 anos de história, por meio de diversas publicações, periódicas ou não. Ao longo desse tempo, a Seção Gráfica do Tribunal ampliou seus serviços e a partir de abril de 2008 passou a atuar como Parque Gráfico. Seu maquinário é composto hoje por 14 equipamentos, complementados por um laboratório de informática, voltado para a diagramação eletrônica dos itens de produção. Em média, na Gráfica do TJAC são realizadas 150 mil impressões por mês, entre as edições do Diário da Justiça, capas de processo, revistas e livros de jurisprudência, informativos e convites. Além disso, outro importante serviço realizado pela Gráfica é o de encadernação e restauração de livros, de fundamental importância para a conservação do acervo bibliográfico do Tribunal.



PARQUE GRÁFICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE
Fórum Barão do Rio Branco. Rua Benjamin Constant, 1.165.
Centro. 69900-160. Rio Branco.AC
Telefone: (68) 3211 5420.



13 de junho de 2008

Palácio da Justiça é revitalizado

Em solenidade realizada no dia 13 de junho de 2008, o Tribunal de Justiça deu início ao calendário anual de comemorações alusivas ao 45º aniversário de instalação do TJAC, com a entrega da obra de revitalização do Palácio da Justiça. Na oportunidade, a Presidente Izaura Maia assinou o Decreto Judiciário de instituição do Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, que passará a funcionar nas dependências do prédio.

A obra de revitalização teve por objetivo recompor o conjunto arquitetônico do prédio, além de modernizar e readequar suas instalações internas, fornecendo-lhe condições para abrigar o Centro Cultural do TJAC. A obra integrou-se ao processo de conservação do centro histórico da Capital, com o propósito de disponibilizar um novo espaço cultural à sociedade, com acesso fácil e gratuito aos bens culturais e jurídicos que compõem a história do Judiciário no Estado e a própria história do Acre.

Além da recomposição artística e arquitetônica, a obra compreendeu o reforço estrutural e instalações técnicas, como climatização e iluminação do prédio. Atualmente, o Palácio da Justiça dispõe de sala de exposições, plenário, gabinete oficial da Presidência, centro de documentação, biblioteca, sala de estudo, unidade de Comunicação Social, jardim interno, praça externa e cafeteria.

Ao assegurar a conservação dos acervos arquitetônico, documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis do Tribunal, o Palácio da Justiça, hoje revitalizado, servirá à divulgação da memória do Judiciário, que se confunde com a própria história do Acre, viabilizando amplo acesso da comunidade a este virtuoso passado. Assim, o Tribunal de Justiça comemora seu 45º aniversário de instalação com a entrega solene da obra de revitalização da sua antiga sede, para marcar seu compromisso e reverência a uma história de que muito se orgulha e que gostaria de fazer conhecer a todos.



PALÁCIO DA JUSTIÇA
Rua Benjamin Constant, 277, Centro.
69.908-520. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5560.



▼
04 de agosto de 2008
Sena Madureira ganhará novo Fórum

A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, assinou no dia 04 de agosto de 2008 a ordem de serviço para construção do novo Fórum da Comarca de Sena Madureira, que está sendo construído em terreno doado pela Prefeitura do Município, ao lado do Cartório da 3ª Zona Eleitoral, no centro da cidade. Com 939 m² de área construída, a futura unidade garantirá ambiente amplo e agradável à comunidade forense e aos jurisdicionados do município. O prédio contará com salas para o Tribunal do Júri, Varas Cível e Criminal com amplo cartório e gabinetes dos Juízes, Central de Mandados, Administração, Cartórios do Contador e do Distribuidor, Sala do Advogado, Núcleo do Ministério Público, Sala de Armas, Informática, Protocolo, três Salas de Conciliação, além de duas baterias de banheiros (masculino e feminino).



FÓRUM DES. VIEIRA FERREIRA
Rua Cunha Vasconcelos, s/n. Centro.
69.940-000. Sena Madureira.AC - Telefone: (68) 3612 2455.



▼
13 de agosto de 2008
Nova unidade para os setores de Arquivo, Patrimônio e Almoxarifado

No dia 13 de agosto de 2008, a Presidente Izaura Maia assinou a ordem de serviço para construção do complexo onde funcionarão os setores de Arquivo (Administrativo e Judicial), Patrimônio e Almoxarifado do Poder Judiciário. A estrutura do complexo compreende três galpões que estão sendo construídos em terreno doado pelo Governo do Estado em outubro de 2007, localizado ao lado da futura sede do Tribunal de Justiça, no Centro Administrativo da cidade de Rio Branco.

A nova unidade terá 3.470,6 m² de área construída e oferecerá ambiente amplo e estruturado para as atividades desenvolvidas pelos setores que acomodará. O Arquivo Administrativo e Judicial contará com hall externo e interno, salas de espera, administração, consulta e pesquisa, plataforma para entrada e saída de materiais, banheiros, copa e área de serviço. O Almoxarifado também possuirá hall externo e interno, salas de espera e administração, banheiros, copa, área de serviço, além de sala climatizada para acondicionar materiais, espaço para triagem e recepção de mercadorias e sala para guardar equipamentos de informática. Já o Patrimônio contará com hall externo e interno, salas de espera, administração, consulta e pesquisa, banheiros, copa, área de serviço e plataforma para entrada e saída de mercadorias.



**ARQUIVO, PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO
DO PODER JUDICIÁRIO**
Centro Administrativo de Rio Branco. Ruas I e II.
69.900-000. Rio Branco.AC

18 de setembro de 2008

TJAC entrega o novo Fórum de Capixaba

No dia 18 de setembro de 2008, a Presidente Izaura Maia entregou o novo Fórum “Juiz de Direito Álvaro de Brito Viana” à comunidade do município de Capixaba. Localizada a 77 km da capital Rio Branco, a Comarca de Capixaba integra a primeira entrância do Poder Judiciário do Acre e foi instalada em 30 de janeiro de 1997, data fixada pelo Decreto Judiciário nº 003/97. Na busca constante por adequação das suas estruturas e melhoria dos serviços prestados à sociedade, o Tribunal de Justiça investiu na construção de sede própria na Comarca de Capixaba, que funcionou por 11 anos em prédio cedido pela Prefeitura Municipal.

A nova unidade conta com Tribunal do Júri, Cartório da Vara Única, Sala de Audiências, Secretaria, Serventia Extrajudicial, Arquivo, Depósito, Banheiros e Copa, todos os espaços com mobiliário e sistema de ar refrigerado novos, assim como nova rede lógica de internet. A construção do novo Fórum teve início em janeiro de 2008, quando a Presidente do TJAC, durante visita ao município, assinou a ordem de serviço para construção da unidade. O terreno que abriga o prédio possui 1.200 m² e foi doado pela Prefeitura de Capixaba, por meio da Lei Municipal nº 184, de 09 de dezembro de 2004.



JUIZ DE DIREITO ÁLVARO DE BRITO VIANNA
Rua Francisco Cordeiro de Andrade, s/n, Centro.
69.922-000. Capixaba.AC - Telefone: (68) 3234 1015.



CECAP e ESMAC
Rua Marechal Deodoro, 471. Centro.
69.909-381. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5548.

09 de outubro de 2008

Concluída a obra de reforma do prédio do CECAP e ESMAC

Durante visita realizada ao prédio que abriga o Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário (CECAP) e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), no dia 09 de outubro de 2008, a Direção do TJAC reuniu-se com os servidores do Centro e da Escola para comemorar a finalização da obra de reforma na unidade, instalada no ano de 1996. A reforma do prédio consistiu na restauração física das suas instalações, que agora contam com climatização e rede lógica de internet, além de nova pintura, novo mobiliário e equipamentos.



06 de novembro de 2008

Diretoria de Recursos Humanos e Coordenadoria Administrativa têm novas instalações

No dia 06 de novembro de 2008 ocorreu a entrega das novas instalações da Diretoria de Recursos Humanos e da Coordenadoria Administrativa do Poder Judiciário. O prédio, que pertencia inicialmente ao Governo do Território do Acre, foi cedido ao Judiciário na década de 1960 para servir de residência oficial de desembargador. Totalmente reformado, o espaço teve sua estrutura ampliada para abrigar as duas unidades do TJAC. A obra consistiu na reforma geral das antigas instalações com a reestruturação da fachada, construção de novos banheiros, projeto paisagístico, aquisição de novo mobiliário, novo sistema de ar refrigerado, nova rede lógica de internet, elétrica e hidráulica.



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
Rua Benjamin Constant, 1190. Centro.
69.908-520. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5543.

14 de novembro de 2008

Concluída reforma na Comarca de Brasiléia

Em 14 de novembro de 2008, a Direção do TJAC esteve no município de Brasiléia e se reuniu com o juiz Leandro Gross e os servidores da Comarca para comemorar a finalização da obra de reforma do Fórum Dr. Evaldo Abreu de Oliveira. A reforma englobou a recuperação do sistema hidro-sanitário, melhoria do sistema de iluminação, ampliação da rede lógica de internet, instalação de novos balcões para atendimento, substituição da cobertura e parte das portas, impermeabilização das lajes e pintura geral do prédio. Também foram entregues novos equipamentos de informática.



FÓRUM DR. EVALDO ABREU DE OLIVEIRA
Avenida Geny Assis, s/n. Centro.
69.932-000. Brasiléia.AC - Telefone: (68) 3546 3307.

21 de novembro de 2008

TJAC entrega obra de reforma do Fórum de Bujari

No dia 21 de novembro de 2008 foi entregue a obra de reforma do Fórum Desembargador Paulo Ithamar Teixeira, da Comarca de Bujari. As antigas instalações do prédio foram totalmente reformadas, com ampliação e reorganização dos espaços internos, novo sistema de ar-refrigerado, nova rede lógica de internet e telefonia, nova pintura, além da aquisição de novo mobiliário e equipamentos de informática. A antiga residência oficial, destinada ao juiz da Comarca, também foi reformada e adequada, para, posteriormente, acomodar outras unidades.



FÓRUM DES. PAULO ITHAMAR TEIXEIRA
BR 364, Km 28. Centro.
69.923-000. Bujari.AC - Telefone: (68) 3231 1099.

05 de dezembro de 2008

Controle Interno, Coordenadoria de Engenharia e Comissão de Licitação têm novas instalações

Foi entregue no dia 5 de dezembro de 2008 mais uma obra de reforma nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Acre. Desta vez, os servidores da Auditoria de Controle Interno, Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, e Comissão Permanente de Licitação foram os contemplados com novo ambiente de trabalho. O prédio que abriga as três unidades está localizado na Rua Benjamin Constant, ao lado do Fórum Barão do Rio Branco, no centro da Capital, e passou por readequação na sua estrutura física e recebeu a instalação de nova rede elétrica e de informática.



AUDITORIA DE CONTROLE INTERNO, COORDENADORIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO, E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Benjamin Constant, s/n. Centro.
69.908-520. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5562.

30 de dezembro de 2008

Juizados Especiais Criminais: novas instalações são entregues à comunidade

A Direção do TJAC entregou no dia 30 de dezembro de 2008 as novas instalações dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Rio Branco. O local que passa a abrigar o 1º e o 2º Juizado Especial Criminal foi totalmente reformado para abrigar as unidades. A obra consistiu na reforma geral das antigas instalações, com a reestruturação da fachada, aquisição de novos equipamentos de informática, sistema de ar refrigerado e mobiliário, além de nova rede lógica de Internet, elétrica e hidráulica. Com a entrega das novas instalações e reunião das unidades em um único espaço, o objetivo do TJAC foi proporcionar um melhor ambiente de trabalho para magistrados e servidores, mais funcional e adequado aos serviços prestados pelos Juizados.



JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS DE RIO BRANCO
Avenida Nações Unidas, 2.688. Estação Experimental.
69.912-600. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3227 5426.

Obra de reforma em Vila Campinas

A Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Izaura Maia, visitou o prédio de Vila Campinas, localidade distante 62 km da Capital e sob jurisdição da Comarca de Plácido de Castro. A visita teve por objetivo vistoriar o término da obra de reforma da unidade. Além da reparação física, o prédio também recebeu novos móveis e novos equipamentos de informática, seguindo a modernização que acontece em todo o Estado.



VILA CAMPINAS
Rua Kaxinawas, 92. Centro.
69.929-970. Vila Campinas.AC - Telefone: (68) 3267 1133.

Obra de reforma e ampliação do Juizado da Infância e da Adolescência

A Presidente Izaura Maia visitou as novas instalações do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco. Obedecendo a prioridade estabelecida pela atual administração do Tribunal, de investir na estrutura física das unidades do Poder Judiciário, a obra de reforma e ampliação teve o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos Magistrados, servidores e demais profissionais que atuam na unidade, bem como o atendimento prestado à comunidade. A reforma consistiu na substituição do sistema elétrico e telefônico, ampliação da rede lógica, readequação da recepção, sala de audiências e gabinete do Juiz, criação de sala para a assessoria jurídica, arquivo para cartório cível e almoxarifado, pavimentação e ampliação de pátio para estacionamento, construção de nova fachada e espera externa e revitalização do espaço de espera para atos infracionais. Também foram construídos novos ambientes, como sala para o setor psicossocial, sala de reuniões e baterias de banheiros (masculino e feminino).



JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Alvorada, 764. Bosque.
69.900-000. Rio Branco.AC - Telefone: (68) 3211 5535.

Fórum da Comarca de Manoel Urbano é reformado e ampliado

No interior do Estado, o Fórum da Comarca de Manoel Urbano também teve as suas instalações reformadas e ampliadas para melhor atendimento da comunidade. A unidade também recebeu novo mobiliário e equipamentos de informática.



Obra de reforma do Anexo do Tribunal de Justiça

O prédio do Anexo do Tribunal de Justiça, que abriga o gabinete dos desembargadores, o plenário do Tribunal Pleno e as Câmaras Cível e Criminal, também foi parcialmente reformado. A obra consistiu na reforma de quatro gabinetes, climatização do plenário, recuperação do forro e da fachada e pintura externa.





1.6. INFORMATIZAÇÃO

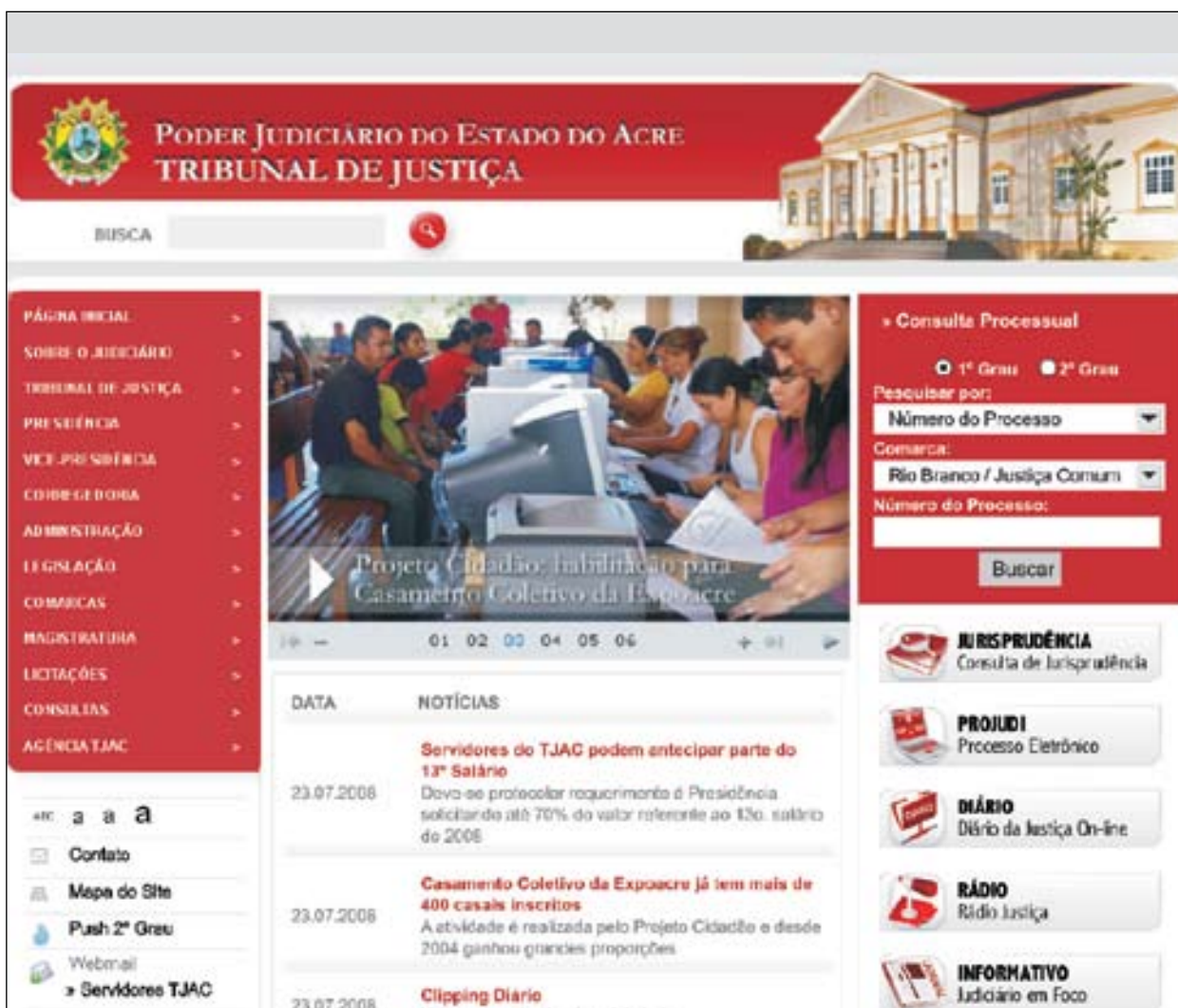
Além de cumprir atividades rotineiras, no que concerne ao gerenciamento e manutenção de equipamentos e desenvolvimento de sistemas informatizados, necessários ao regular funcionamento do Tribunal de Justiça, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) promoveu importantes avanços, que tiveram como objetivo principal o aumento da eficiência na prestação jurisdicional por meio de melhor suporte tecnológico.

No biênio 2007-2009, o processo de informatização do Poder Judiciário ampliou-se em todo o Estado do Acre, com a implementação de iniciativas para modernizar os recursos já existentes. Dentre as principais inovações, destacam-se:

- Informatização das Comarcas de Senador Guimard, Sena Madureira, Bujari e Cruzeiro do Sul para utilização da Rede Mundial de Computadores – Internet, a partir da aplicação de Sistema ADSL e IP/TURBO.
- Implantação de novo Sistema de Recursos Humanos para gerenciamento da Folha de Pagamento, com utilização de ferramentas de última geração (Interface Gráfica) da Empresa WIZ SYSTEM, com o módulo de integração com o Sistema da Empresa THEMA (Sistemas Administrativos).
- Liberação de acesso eletrônico gratuito ao Diário da Justiça do Estado do Acre, a partir do Portal de Internet do TJAC, em cumprimento à Lei nº 11.419, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.
- Renovação do contrato tecnológico para fornecimento de sistemas de e-mail e antivírus.
- Participação nos encontros de planejamento estratégico promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça, voltados para a implantação do Sistema PROJUDI na Comarca de Rio Branco.
- Treinamento para a execução do sistema PROJUDI, por força da criação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco.
- Interligação via rádio dos prédios do Fórum Criminal, Juizados Especiais Cíveis, Serventias Extrajudiciais (Edifício Padre André), Seção de Obras e Serviços de Engenharia, e Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, todos da Comarca de Rio Branco.
- Em cumprimento à Resolução nº 45, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, o TJAC mudou o seu endereço na rede mundial de computadores. O novo endereço é www.tjac.jus.br. Como parte da mesma mudança, o endereço de e-mail corporativo do TJAC passou a ser [\(usuário\)@tjac.jus.br](mailto:(usuário)@tjac.jus.br).

Novo portal do Poder Judiciário do Estado do Acre

Em 28 de julho de 2008 o Poder Judiciário disponibilizou na internet o seu novo portal. Para acessá-lo, o endereço continua o mesmo: www.tjac.jus.br. O trabalho é resultado da parceria estabelecida entre as equipes da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do TJAC, que fez uso da metodologia da pesquisa de campo na execução do projeto. Assim, os diversos setores do Poder Judiciário foram entrevistados e participaram da elaboração do novo portal, com a indicação dos dados gerados e da demanda por informações de cada unidade judicial e administrativa.



Reestruturado, o novo site contempla as principais reivindicações dos usuários, especialmente no que se refere à atualização das informações existentes no portal e ao oferecimento de serviços de pesquisa, como o de consulta jurisprudencial, que possuía no momento de lançamento do serviço mais de 5,6 mil documentos em seu banco de dados.

Sistema Push

No dia 20 de novembro de 2008, o TJAC disponibilizou aos usuários do portal www.tjac.jus.br o Sistema PUSH, nas versões 1º e 2º grau. O Sistema tem o propósito de permitir a qualquer interessado – partes e/ou advogados – o acompanhamento das fases dos processos em trâmite no Judiciário Acreano, através de e-mail, mediante cadastro prévio. Enquanto o usuário permanecer cadastrado, o Sistema enviará uma mensagem de correio eletrônico informando a movimentação de cada processo registrado de seu interesse. O Sistema permite o cancelamento do cadastro a qualquer tempo. Da mesma forma, quando for necessário, é possível alterar o endereço de e-mail para onde são encaminhadas as mensagens. O Sistema já era disponibilizado no portal do TJAC em sua versão 2º Grau, e a partir de agora também no 1º Grau, proporcionando maior alcance de processos e usuários. Os serviços do TJAC-PUSH são gratuitos e consistem, apenas, em recurso auxiliar meramente informativo, não dispensando o uso dos meios oficiais de comunicação para produção de efeitos legais.



Equipamentos Adquiridos – Ano 2007

Item	Fonte	Quant.
Microcomputador	Recursos Próprios	100
	Doação CNJ	100
	Convênio	3
Impressora <i>laser</i>	Recursos Próprios	60
	Convênio	3
Impressora multifunção	Doação CNJ	44
Computador - Servidor	Doação CNJ	2
Notebook	Convênio	4
	Doação CNJ	2
Scanner de mesa	Doação CNJ	70
	Recursos Próprios	2
Conversor de fibra	Recursos Próprios	4
Pen drive	Recursos Próprios	8
Modem ADSL	Recursos Próprios	1
Nobreak 800va	Doação CNJ	171
Kit para gravação de audiência	Recursos Próprios	4
Total		578

FONTE: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Equipamentos Adquiridos – Ano 2008

Item	Fonte	Quant
Microcomputador	Recursos Próprios	550
	Doação CNJ	68
	Convênio	06
Impressora <i>Laser</i>	Recursos Próprios	70
	Convênio	02
Computador Servidor	Recursos Próprios	10
	Doação CNJ	11
Scanner	Recursos Próprios	02
Switches 24 Portas 10/100/1000 Gerenciável	Recursos Próprios	07
Notebook	Recursos Próprios	50
	Doação CNJ	01
Conversor de Fibra 10/100/1000	Recursos Próprios	04
Modem ADSL	Recursos Próprios	08
Nobreak 1200 VA	Doação CNJ	11
Nobreak 1400 VA	Doação CNJ	04
Kit para gravação de audiência	Recursos Próprios	02
Software – RED HAT - Cluster Balanceamento de Carga	Doação CNJ	10
Total		716

FONTE: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Diário da Justiça Eletrônico

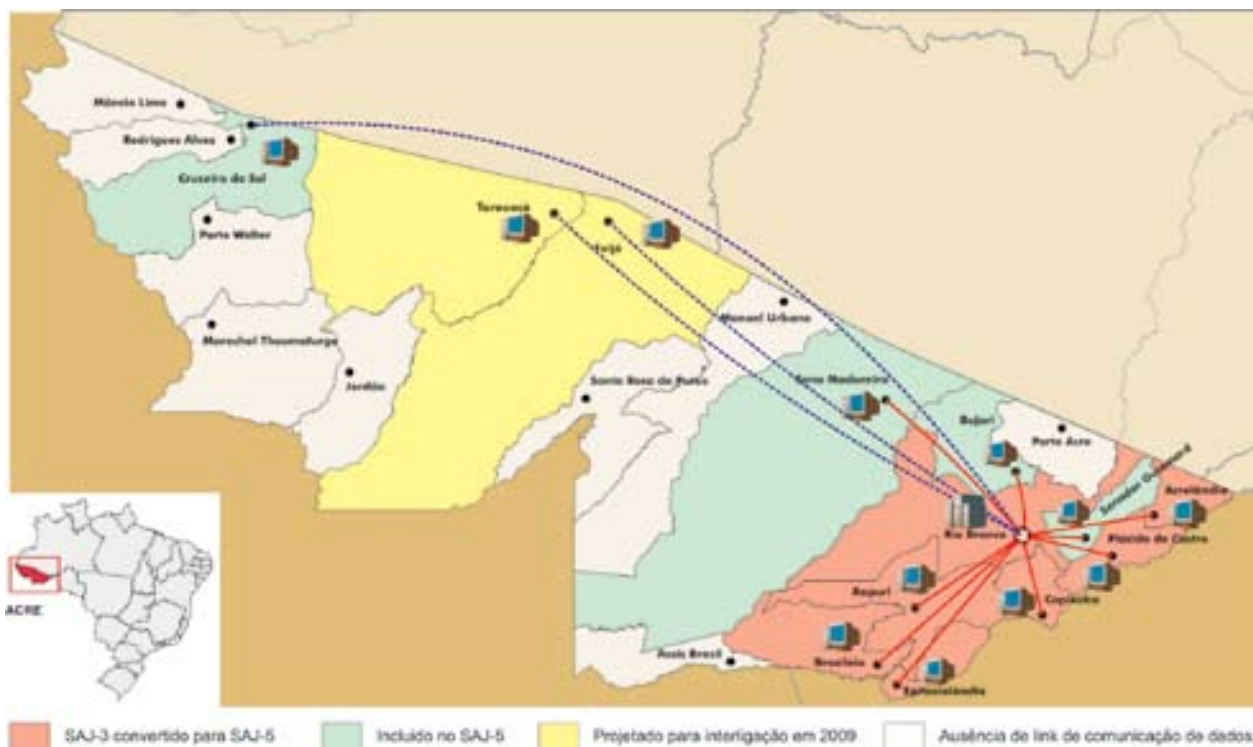
Planejada a instituição do Diário da Justiça Eletrônico para o início do ano de 2009, como instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais e administrativos do Poder Judiciário do Estado do Acre, inclusive observado o emprego de recursos especiais de segurança da informação.

Sistema de Automação da Justiça - SAJ

No ano de 2007, o TJAC adquiriu a nova versão do Sistema de Automação da Justiça (SAJ-5), cuja instalação na rede lógica do Tribunal de Justiça teve início em abril de 2008. Após a conversão do SAJ-3 para SAJ-5 nas comarcas Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco, o TJAC investiu na interligação das comarcas de Senador Guiomard, Bujari, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul ao SAJ-5. A nova versão do sistema tem como principais vantagens a segurança, a confiabilidade e a maior rapidez de acesso às informações dos processos em trâmite.



INFORMATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE



1.7. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

AÇÕES REALIZADAS

A Escola Superior da Magistratura do Acre, pautada na deliberação do seu Conselho Consultivo, constituído de 06 (seis) docentes e 01(um) representante discente, convocado e presidido pelo seu Diretor, Desembargador Pedro Ranzi, e integrada aos objetivos da administração do Tribunal de Justiça, priorizou no Biênio 2007-2009 o aperfeiçoamento dos magistrados para atender as exigências da Emenda Constitucional nº 45/2004, que instituiu a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, instalada em 30 de novembro de 2006.

Procurou-se, assim, cumprir com o objetivo de implementar uma nova política de formação e aperfeiçoamento dos magistrados voltada para a formação humanística e pragmática do candidato à carreira da magistratura e o aperfeiçoamento periódico, mediante educação continuada daqueles que já estão no cargo.

A ENFAM publicou, em setembro de 2007, resoluções que dispõem sobre o curso de formação para ingresso na carreira da magistratura e sobre os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção de magistrados. Este fato marcou uma nova fase nas Escolas de Magistratura em todo o país, e a ESMAC não foge à regra. Objetivando dar impulso a esta renovação e a outras ações de caráter emergencial relativas à gestão de documentos administrativos e acadêmicos, este Órgão de Ensino, estabeleceu 08 (oito) grandes metas para o biênio a seguir relacionadas.

Meta 01

Programa de MBA em Poder Judiciário

No exercício de 2008, a ESMAC deu continuidade ao Programa de MBA em Poder Judiciário, objeto do convênio formalizado entre o Tribunal de Justiça, o Estado do Acre, a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, com a parceria da Faculdade da Amazônia Ocidental.

Coordenado pela Escola Superior da Magistratura, o Programa iniciou em 12 de maio de 2006 e foi concluído em 17 de outubro de 2008, tendo cumprido a grade curricular proposta para o período. Foram finalizadas 13 (treze) disciplinas distribuídas em 24 (vinte e quatro) módulos, integralizando, assim, a carga horária total do curso, ou seja, 360 (trezentos e sessenta) hora/aula.

Indicadores de resultados:

- Número de alunos matriculados: 49
- Aluno desistente: 01
- Número de alunos concludentes: 48

Meta 02

Implementação e atualização do sistema de informação CCMAG

Visando o controle, a segurança e a excelência do acervo de informações acadêmicas (aproveitamento em cursos e frequência) para subsidiar o processo de promoção e vitaliciamento dos magistrados, a ESMAC fez uso do sistema de informação CCMAG.

Indicadores de resultados:

- Número de cursos cadastrados: 165
- Número de magistrados cadastrados: 45
- Número de cursos registrados: 1.576

Meta 03

Implantação de um cadastro eletrônico de atendimento ao público externo

Com o objetivo de reunir em ordem cronológica e por assunto as demandas ofertadas à Escola, garantindo maior eficiência na gestão das informações, foi implantado um cadastro eletrônico de atendimento ao público externo.

Indicadores de resultados:

- Número de atendimentos cadastrados no período: 1.343
- Atendimento externo: 515
- Atendimento interno: 828

Meta 04

Elaboração de projetos de Cursos de Aperfeiçoamento objetivando o credenciamento junto à ENFAM, para fins de promoção e vitaliciamento dos magistrados.

Conforme destacado anteriormente, a instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM descortinou novas perspectivas na política de formação e aperfeiçoamento dos magistrados, redimensionando o papel das Escolas de Magistratura como instrumento de formação e aperfeiçoamento contínuo.

Neste passo, a atuação da ESMAC no biênio 2007-2009 teve por finalidade garantir e promover a qualificação dos magistrados. Entretanto, a ENFAM ainda não estabeleceu um projeto unificado para os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento (pauta do XIV e XV Colégio de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura), cabendo aos próprios Tribunais de Justiça e suas Escolas de Magistratura orientar a linha pedagógica que deverá nortear os programas e as ações, bem como criar mecanismos de operacionalização.

Consoante tal entendimento, a ESMAC promoveu discussões com o seu Conselho Consultivo objetivando estabelecer metas no período assinalado para o cumprimento às resoluções publicadas pela ENFAM, que vinculam o ingresso, promoção e vitaliciamento na carreira do magistrado à participação em cursos de formação e aperfeiçoamento, bem como realizou algumas ações destinadas à qualificação dos magistrados.

As ações desenvolvidas resultantes da deliberação do Conselho Consultivo, e em sua maioria destinadas a viabilizar as disposições editadas pela ENFAM são as seguintes:

- Elaboração de 05 projetos de cursos de aperfeiçoamento para fins de credenciamento:

Curso “Redação de Ementas” (18h/aula); Curso “A arte de mediar” (30h/aula); Curso “O Juiz e a Ética” (15h/aula); Curso “Formação de Liderança” (15h/aula); Curso “As recentes alterações introduzidas no Código de Processo Penal Brasileiro” (20h/aula).

- Cursos credenciados: 04

Curso “Redação de Ementas” (18h/aula); Curso “A arte de mediar” (30h/aula); Curso “O Juiz e a Ética” (15h/aula); Curso “Formação de Liderança” (15h/aula).

- Curso em fase de credenciamento: 01

“As recentes alterações introduzidas no Código de Processo Penal Brasileiro” (20h/aula).

Meta 05

Implementação do Programa de Formação Permanente e Continuada dos Magistrados.

Tendo em vista a participação de quase todos os magistrados no Curso de MBA em Poder Judiciário, este Órgão de Ensino concentrou esforços no seu gerenciamento. Inúmeras demandas de cursos e palestras foram apresentadas à ESMAC, no entanto, somente aquelas de maior relevância foram atendidas pelo programa, dentre estas: o Curso Regular de Língua Italiana, em convênio com a Faculdade da Amazônia Ocidental; o II Colóquio - Reformas do Processo Civil; o I Fórum de Debates Boas Práticas de Gestão, desenvolvido pela ESMAC e coordenado pela Corregedoria Geral de Justiça; o Curso Redação de Ementas; a Atividade de Multiplicação – VII Jornada Brasileira de Processo Civil; e o Curso O Juiz e a Ética.

Indicadores de resultados

- Curso Regular de Língua Italiana – 2007/2008
Número de inscritos: 36
Número de participantes: 14
- II Colóquio - Reformas do Processo Civil - 2007
Número de inscritos: 65
Número de participantes: 57
- I Fórum de Debates sobre Boas Práticas de Gestão - 2007
Número de inscritos: 47
Número de participantes: 47



- Curso “Redação de Ementas” - 2008

Número de inscritos: 74

Número de participantes: 46

- Atividade de Multiplicação VII Jornada Brasileira de Processo Civil - 2008

Número de inscritos: 64

Número de participantes: 68

- Curso “O Juiz e a Ética” - 2008

Número de inscritos: 50

Número de participantes: 35



Meta 06

Participação no Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais de Magistratura - COPEDEM.

Participação em 07 reuniões do Colégio: 1) VIII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (08 a 10 de março de 2007 - Brasília/DF); 2) IX Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (24 a 27 de maio de 2007 – Gramado/RS); 3) X Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (16 a 19 de agosto de 2007 – Recife/PE); 4) XI Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (19 a 22 de dezembro de 2007 – Vitória/ES); 5) XII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (27 a 29 de março de 2008 – João Pessoa/PB); 6) XIII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (17 de junho de 2008 – Curitiba/PR); 7) XV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (19 a 22 de novembro de 2008 – Campo Grande/MS).

Meta 07

Projeto Cultural Noite Magistral

IV Noite Magistral - 2008

Tradicionalmente realizada no final do ano letivo, a Noite Magistral tem o objetivo encerrar oficialmente as atividades acadêmicas planejadas para o exercício e promover a confraternização entre magistrados e alunos da ESMAC.

No ano de 2008, a ESMAC e a ASMAC realizaram no dia 05 de dezembro a IV Noite Magistral para compartilhar com os magistrados, familiares, servidores e parceiros, o êxito das suas atividades.

A IV Noite Magistral destacou-se pelo seu estilo e originalidade. O tema escolhido - cultura árabe/espanhola, atendeu aos inúmeros pedidos para a realização de uma noite temática, levando-se em conta a preferência por essas culturas. Participaram da programação cultural magistrados e familiares, servidores do Poder Judiciário e convidados especiais.

Meta 08

Comunicação e Marketing Institucional

A produção e editoração do material de divulgação da ESMAC teve como objetivo dar visibilidade às suas realizações e informar ao público-alvo sobre a programação de atividades deste Órgão de Ensino.

Para facilitar a comunicação com os alunos do Curso de MBA em Poder Judiciário foram editados: paper mensal contendo as informações sobre as disciplinas em curso, publicado no *site* do Tribunal de Justiça; folders, convites e certificados relativos aos eventos promovidos pela Escola, assim como foram produzidos slides e arquivos digitais reunindo o conteúdo das disciplinas ministradas no mencionado curso. Foi elaborado, também, um artigo sobre a História da ESMAC, desde a sua instalação, publicado na revista “ENFAM”, Vol. I, do Superior Tribunal de Justiça que contém as experiências vivenciadas pelas Escolas de Magistratura Estaduais e Federais, e a Escola Nacional de Magistratura (ENM).

Outras Atividades Relevantes

- Desenvolvimento de 01(um) programa - CONENCE para cadastro geral, e controle de expedição de certificados no período 1999/2007.
- Desenvolvimento de 01(um) programa de controle de expedição de certificados para o Centro de Capacitação dos Servidores – CECAP.
- Elaboração do projeto pedagógico e orçamentário do VII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura.
- Reformulação do guia do aluno, calendário acadêmico e edital do VII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura.
- Elaboração dos formulários de controle de trabalho, frequência e nota dos alunos do Curso de MBA em Poder Judiciário.
- Elaboração do formulário de controle de entrega dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) contendo o título do trabalho, nome do orientador e prazo de entrega do curso de MBA em Poder Judiciário.
- Elaboração do Instrumento de Avaliação para credenciamento dos Cursos “O Juiz e a Ética, “Formação de Lideranças, A arte de Mediar, Redação de Ementas,” e “As recentes alterações introduzidas no Código de Processo Penal Brasileiro” junto à ENFAM.
- Elaboração do Projeto Pedagógico para o Curso de Formação de Juízes de Direito Substituto (em fase de conclusão).
- Elaboração das Ações Propostas para o Orçamento de 2009.
- Reestruturação do *link* da ESMAC no portal do Poder Judiciário do Estado do Acre.







1.8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Tribunal de Justiça desenvolveu no biênio 2007-2009 um novo projeto de comunicação social, ancorado na mídia impressa e eletrônica, visando facilitar a comunicação do Poder Judiciário com seus magistrados, servidores e a comunidade em geral.

A Direção do TJAC, a Corte de Justiça e os Magistrados acreanos contaram com assessoramento específico nas relações com a imprensa interessada em decisões advindas do Tribunal, estabelecendo-se um liame entre os gabinetes e os jornalistas, buscando divulgar, de forma mais precisa, o trabalho jurisdicional e administrativo do Poder Judiciário.

Na mesma perspectiva, a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) organizou e disciplinou o envio à imprensa das principais notícias emanadas do Judiciário, principalmente aquelas de utilidade pública e cunho social. Destaque-se as coletivas de imprensa organizadas sempre que necessário para divulgação e esclarecimento de assuntos relacionados ao Poder.

Para informar o cidadão de forma precisa e transparente sobre os seus direitos e aumentar a confiança na eficácia do Judiciário, o novo projeto de comunicação lançou uma série de produtos.



Novo Portal do Poder Judiciário

O portal do Poder Judiciário do Acre passou por processo de reestruturação e no dia 28 de julho de 2008 foi apresentado o seu novo visual, com *layout* moderno e prático para otimizar a comunicação interna e externa da instituição.

O formato modernizado privilegia a organização das informações e destaca os conteúdos do universo jurídico. Foram modificadas tanto a disposição das informações quanto o conteúdo que é oferecido, com reestruturação dos menus e disponibilização de uma ferramenta de busca de informações no próprio site, que permite ao usuário encontrar o conteúdo que precisa com mais rapidez e exatidão.

O seu visual dinâmico busca respeitar as boas práticas de usabilidade e acessibilidade, e agrega além das funções tradicionais de publicação de informações institucionais e notícias, a facilidade do auto-atendimento por meio da oferta de serviços de interesse da sociedade. Os serviços já existentes, como o de consulta processual, foram aperfeiçoados e outros foram implantados, como o de consulta à jurisprudência.

Ao utilizar ferramentas e conceitos inovadores de construção e alimentação de páginas *web*, o novo *site* procura assegurar os princípios de organicidade, navegabilidade, agilidade na publicação das informações, interatividade e flexibilidade. Tudo amparado pelo ambiente descentralizado de gestão e atualização de conteúdos, pois ao longo do processo de reestruturação do portal foram implementadas funcionalidades que permitem às próprias unidades atualizar seus dados e informações diretamente, sem a necessidade da interferência técnica da DTI. Com esta inovação, cada setor tornou-se responsável diretamente pelo conteúdo da sua área, o que facilitou o trânsito de informações, garantindo maior segurança e agilidade na alimentação do portal.

Dessa forma, o Poder Judiciário do Acre imprimiu maior transparência às suas ações, dando mais visibilidade aos seus procedimentos e disponibilizando canal ágil e eficiente de interação com a sociedade.

Agência TJAC

De responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social, a Agência TJAC tem como foco de cobertura os atos e fatos relacionados ao Judiciário acreano e é composta pelas seguintes seções: Notícias, Clipping, Artigos e Discursos, Galeria de Imagens, Galerias de Vídeos, Publicações, Glossário Jurídico, Rádio Justiça e TV Justiça.



A Agência reúne conteúdo jornalístico preciso e objetivo para os veículos de comunicação, visando garantir a universalização do acesso à informação jurídica no Estado. Todo o material produzido é distribuído gratuitamente e pode ser reproduzido à vontade, desde que citada a fonte.

Rádio Justiça

Em 15 de janeiro de 2008, o TJAC inaugurou o serviço de transmissão digital da Rádio Justiça nas unidades do Poder Judiciário do Estado integradas pela internet. A partir de um *link* disponível no endereço eletrônico do Tribunal, os usuários podem acessar a Rádio Justiça de modo rápido e prático. O novo serviço permite aos usuários do portal conhecer o importante trabalho desenvolvido pela Rádio Justiça, um canal de comunicação direto do Judiciário com a sociedade, que trata os temas jurídicos com a devida profundidade, precisão e clareza.

Além da produção de notícias por equipe própria, as assessorias de comunicação dos Tribunais brasileiros e de entidades ligadas ao Judiciário são correspondentes da Rádio Justiça em todos os Estados. Assim, o acompanhamento dos fatos da Justiça brasileira tem o ponto de vista de múltiplas fontes. A partir da transmissão da Rádio Justiça nas unidades do Poder Judiciário do Acre, a Assessoria de Comunicação do TJAC tornou-se um correspondente ativo, transmitindo a todo o país as notícias de destaque sobre a Justiça acreana.



Publicações

Judiciário em Foco

No ano de 2008, a Assessoria de Comunicação Social deu continuidade ao informativo Judiciário em Foco. Lançado em junho de 2007, a publicação desse informativo marcou o início de uma série de produtos do novo projeto de comunicação social do TJAC para o biênio. Desde então já foram publicadas 20 edições.

Com o propósito de se tornar um genuíno canal de comunicação e interação entre o Tribunal, seus servidores e o universo jurídico, o Judiciário em Foco é editado mensalmente, nas versões impressa e eletrônica, disponível a todos os envolvidos e interessados no trabalho da Justiça acreana.

Principais Publicações da Assessoria de Comunicação Social – Ano 2008

Tribunal de Justiça do Estado do Acre – 45 Anos Em comemoração ao aniversário do TJAC, instalado em 15.06.1963, a Assessoria de Comunicação Social padronizou a utilização da logomarca “<i>Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 45 Anos</i>”.	
Dia da Justiça Assim como no ano de 2007, para recordar a data no ano de 2008, a Assessoria de Comunicação Social produziu impresso comemorativo sobre o Dia da Justiça, distribuído com os principais jornais de circulação no Estado do Acre em 8 de dezembro.	

Palácio da Justiça

Publicação produzida pela Assessoria de Comunicação Social por ocasião da solenidade de entrega da obra de revitalização do Palácio da Justiça e instituição do Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, realizada no dia 13 de junho de 2008.



Semana Acreana da Conciliação

“Conciliação: bom para a Justiça, melhor para você” – com esse *slogan* o Poder Judiciário do Acre realizou no período de 12 a 15 de agosto de 2008, a Semana Acreana da Conciliação. A campanha de divulgação foi produzida pela Assessoria de Comunicação Social especialmente para o evento.



Calendário do Poder Judiciário 2009

O Calendário do Poder Judiciário 2009 foi lançado para servir de referência na programação da agenda do Judiciário acreano, informando os feriados no âmbito do Poder. O calendário identifica os feriados municipais, estaduais, nacionais e regimentais, e são diferenciados por cores, indicando o evento correspondente. A Assessoria de Comunicação Social produziu o material e a impressão foi realizada pelo Parque Gráfico do TJAC.



Projetos

Mais Arte

Idealizado e coordenado pela Assessoria de Comunicação Social, o Projeto Mais Arte continuou em 2008, visando integrar as artes plásticas ao ambiente de trabalho de magistrados e servidores do Poder Judiciário, divulgar a produção de artistas locais e facilitar o acesso da população aos bens culturais.

3ª Edição

22.12.07 a 22.02.08

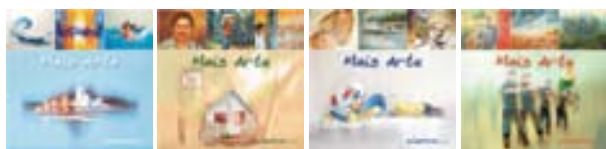
Artista plástico Darcy Seles



4ª Edição

28.03.08 a 30.06.08

Artista plástico Jorge Rivasplata de La Cruz, com as exposições “Revolução Acreana”, “Florestar” e “Variedades”.



5ª Edição

17.07.08 a 17.09.08

Antonio Américo de Mello com a exposição fotográfica intitulada “Acre Estado 46 Anos”.



6ª Edição

01.10.08 a 01.12.08

Artista plástica Iraci Dourado com a exposição intitulada “Explosão de Arte”.



7ª Edição

29.12.08 a 02.02.09

Exposição “Divina Selva Amazônica”, do artista plástico Clementino Almeida, e “Fugindo do Fogo”, do artista Jean Carlos.



Mais Saúde e Mais Música

No ano de 2008, com o objetivo de continuar promovendo a integração da comunidade jurídica por meio de atividades artísticas, culturais e sociais, a ASCOM do Tribunal desenvolveu os projetos *Mais Saúde – qualidade de vida ao servidor do Judiciário* e *Mais Música – entretenimento para quem faz a Justiça*, lançados conjuntamente por ocasião do evento comemorativo ao Dia do Servidor Público em outubro de 2007.

O *Mais Saúde* oferece aos servidores a oportunidade de realizar exames médicos, como medição de pressão e taxa de glicose, receber importantes vacinas, conferir palestras sobre saúde do trabalhador, hipertensão, diabetes e stress, além de participar de sessões de ginástica laboral. Já o *Mais Música* consiste na organização de apresentações de cantores locais nas unidades do Poder Judiciário.



Principais Eventos – Ano 2008

25.04.2008 	I Encontro de Integração da Justiça Acre-Bolívia O Tribunal de Justiça do Acre promoveu no dia 25 de abril de 2008 o <i>I Encontro de Integração da Justiça Acre-Bolívia</i>, que reuniu no Auditório “Desembargador Ciro facundo de Almeida”, da Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO, em Rio Branco, 51 magistrados bolivianos, entre ministros da Corte Suprema de Justiça, conselheiros do Conselho do Judiciário, vogais do Tribunal Agrário Nacional e das Cortes Superiores de Chuquisaca, Potosí, La Paz, Cochabamba, Oruro, Tarija, Benji e Pando, além de grande número de juizes dos diversos departamentos da Bolívia. Durante o evento foram discutidos temas como a organização do Judiciário no Brasil e no Acre, apresentado pelas desembargadoras Miracele Borges e Eva Evangelista, e a organização da Justiça Eleitoral Brasileira, exposto pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC), Desembargador Samoel Evangelista. Também foram apresentados aos visitantes o funcionamento dos programas Justiça Comunitária Itinerante, pela Juíza de Direito Mirla Cutrim, e Projeto Cidadão, pelo Desembargador Arquilau Melo. O Vice-Presidente do TJAC e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), Desembargador Pedro Ranzi, explanou sobre a estrutura e o funcionamento da Escola.
13.06.2008  	Palácio da Justiça Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre Em solenidade realizada no dia 13 de junho de 2008, o Tribunal de Justiça deu início ao calendário anual de comemorações alusivas ao 45º aniversário de instalação do TJAC, com a entrega da obra de revitalização Palácio da Justiça. Cerca de 300 pessoas acompanharam a solenidade, que contou com a participação especial do Executivo Estadual e Municipal, Legislativo Municipal, Estadual e Federal, e da Corte Acreana, além dos convidados de honra: magistrados e servidores aposentados do Poder Judiciário. Programação do evento - Assinatura do Decreto Judiciário de instituição do Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre - Corte simbólico da fita de entrega da obra de revitalização - Apresentação da nova Galeria de Presidentes do TJAC. Lançamento do Cartão Telefônico alusivo aos 45 anos do TJAC. Lançamento do Selo e do Carimbo Comemorativo alusivos aos 45 anos do TJAC - Visita ao Palácio da Justiça. Coquetel e Apresentação Musical - Apresentação do minidocumentário: “Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 45 anos”. Vídeos institucionais Para celebrar o aniversário do Tribunal, a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) também produziu dois vídeos institucionais alusivos aos 45 anos do TJAC, veiculados na mídia televisiva – canais de TV aberta no Estado – durante o período de 12 a 19 de junho. Os dois vídeos, cada qual com duração de 1 minuto, retratam por meio de fotografias o processo de construção e engrandecimento institucional do Poder Judiciário no Acre, demonstrando que a prestação do serviço jurisdicional está cada vez mais próxima à sociedade.
03.07.2008 	V Prêmio Innovare é lançado no Acre Pela primeira vez, a cerimônia de lançamento do Prêmio Innovare foi realizada no Acre. O evento aconteceu em Rio Branco, no Plenário do Palácio da Justiça, no dia 03 de julho de 2008. A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, recebeu autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário Estadual e Federal, dirigentes do Instituto Innovare e das instituições envolvidas para o lançamento da V Edição do Prêmio. Criado em 2004, o Prêmio visa identificar, laurear e divulgar práticas do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia que estejam contribuindo para melhoria da prestação jurisdicional aos cidadãos. O tema desta V Edição do Prêmio foi “Justiça para todos – democratização do acesso à justiça e meios alternativos para resolução de conflitos”. O lançamento foi realizado pelo ex-Ministro da Justiça, advogado Márcio Thomaz Bastos, que é Presidente do Conselho Superior do Prêmio Innovare, acompanhado da Presidente Izaura Maia, da Conselheira Vice-Presidente do Conselho de Anistia do Ministério da Justiça, Sueli Bellato, representando o Ministro da Justiça Tarso Genro, da Procuradora do Estado Márcia Regina Pereira, representando o Governador Binho Marques, além de Angela Mendes, Secretária-Geral do Comitê Chico Mendes, Florindo Poersch, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Acre, José Luiz Lino, Coordenador Jurídico da Vale, e Jorge Viana, Presidente do Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

02.08.2008 	Casamento Coletivo da Expoacre 2008 O TJAC, por meio do Projeto Cidadão, coordenado pelo Desembargador Arquilau Melo, realizou no dia 02 de agosto de 2008, no estádio Arena da Floresta, mais uma edição do Casamento Coletivo da Expoacre. Neste quinto ano da atividade, realizada desde 2004, mais uma vez o recorde foi superado, tendo sido realizada a união de 1.302 casais. Todos os anos, o Casamento Coletivo da Expoacre reúne, em média, cinco mil pessoas, entre noivos, familiares e convidados, que participam ao ar livre de uma cerimônia civil com direito a decoração especial de casamento e apresentação musical. Este ano, a cerimônia também aconteceu no estádio Arena da Floresta, que foi especialmente decorado para receber os noivos e seus convidados. A festa foi animada pelo grupo Jabuti Bumbá e pela cantora Verônica Padrão, acompanhada da banda Pimenta de Cheiro. A cerimônia seguiu todo o ritual de um casamento convencional, com marcha nupcial, troca de alianças, beijo, chuva de papel picado e balões. Ao final, os participantes foram brindados com um lanche e receberam suas respectivas certidões junto com o convite do casamento, como recordação da festa.
04.08.2008 	TJAC lança exposição sobre o STF No dia 04 de agosto de 2008, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia e o Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Alcides Diniz da Silva, representando o Ministro Gilmar Mendes, lançaram no Palácio da Justiça, a exposição fotográfica itinerante "Supremo Tribunal Federal em Brasília". Rio Branco foi a 15ª capital brasileira a receber a mostra que integra as comemorações alusivas aos 200 anos do Judiciário Independente no Brasil. Da mesma forma, a vinda da exposição ao Acre integra o calendário anual de comemorações pelos 45 anos de instalação oficial do Tribunal de Justiça no Estado celebrado em 2008.
05.08.2008 	Casamento Coletivo na Unidade Francisco D'Oliveira Conde Além da edição do Casamento Coletivo da Expoacre 2008, o TJAC e o Projeto Cidadão também realizaram no dia 05 de agosto a primeira versão da atividade na Unidade Prisional Dr. Francisco D'Oliveira Conde. Realizada na Escola Asas da Liberdade, localizada no interior da Unidade, por meio da parceria entre o Instituto de Administração Penitenciária do Estado (IAPEN-AC), TJAC e Projeto Cidadão, a cerimônia oficializou a união de 21 casais. Já no dia 14 de outubro de 2008, o Projeto Cidadão realizou a segunda versão da atividade na Unidade Prisional, oficializando a união civil de 20 casais. Nas duas oportunidades, a equipe do Projeto Cidadão preparou decoração especial para o casamento, assim como foi feito para a atividade realizada no estádio Arena da Floresta. A Assessoria de Comunicação Social e o Parque Gráfico do TJAC prepararam o convite de casamento, entregue aos casais como recordação da festa.
31.08.2008 	Casamento Coletivo no Vale do Juruá A Caravana da Cidadania 2008 encerrou suas atividades com a realização do Casamento Coletivo da Expoacre Jurua, no dia 31 de agosto de 2008, em Cruzeiro do Sul. A atividade é mais uma ação do Projeto Cidadão e reuniu neste ano 328 casais. Assim como na edição do Casamento Coletivo em Rio Branco, a atividade realizada em Cruzeiro do Sul contou com decoração especial, marcha nupcial, chuva de papel picado e cenário para fotos, além do convite de casamento, entregue como lembrança da festa aos noivos, juntamente com as certidões de casamento.

12.09.2008



Gilmar Mendes lança CNA no Acre

O Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Gilmar Mendes, esteve no Acre no dia 12 de setembro de 2008, para lançar o Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Bastante prestigiada, a solenidade aconteceu no Palácio da Justiça, no centro da Capital. Rio Branco foi a cidade onde o Ministro Gilmar Mendes realizou o lançamento pessoalmente, acompanhado do juiz auxiliar da Presidência do Conselho, Paulo Tamburini. Na mesma data, simultaneamente, a apresentação do Cadastro também ocorreu nas cidades de Manaus (AM), Macapá (AP), Goiânia (GO) e João Pessoa (PB). Coordenada pelo CNJ, a atividade tem o objetivo de concentrar esforços para a divulgação da ferramenta destinada a agilizar os processos de adoção no país.

Exposição fotográfica “Supremo Tribunal Federal” – Em sua visita ao Acre, o Ministro Gilmar Mendes também encerrou a passagem da exposição fotográfica “Supremo Tribunal Federal em Brasília” por Rio Branco.

16 a 18.10.2008



76º Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça

Durante os dias 16, 17 e 18 de outubro de 2008, Rio Branco sediou o 76º Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A abertura do Encontro ocorreu no dia 16, na Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO). Além de 22 Presidentes de TJs, a solenidade de abertura contou com a presença da Corte de Justiça do Acre, dos juizes e servidores do Poder Judiciário, além de autoridades civis e militares do Estado. No Acre, o Encontro aconteceu pela segunda vez, já que no ano de 1996, durante a gestão do Desembargador Jersey Pacheco, Rio Branco sediou o evento no período de 13 a 15 de junho. Assim, o Estado do Acre foi mais uma vez palco das importantes discussões do Colégio, voltadas para a unificação de ações em prol do Judiciário brasileiro.

Programação do evento

16 de Outubro de 2008

- 19h – Solenidade de Abertura
Apresentação da versão compacta da ópera “Aquiri – A Luta de um Povo”,
com regência do maestro acreano Mário Brasil
Faculdade da Amazônia Ocidental
- 21h – Jantar de Congratamento
Pinheiro Palace Hotel

17 de Outubro de 2008

- 08h30 – Início dos Trabalhos do Colégio (pauta interna)
Plenário do Palácio da Justiça
- 10h15 – Intervalo
Café Jurídico do Palácio da Justiça
- 10h30 – Reinício dos Trabalhos
- 12h – Almoço
Inacio’s Restaurante
- 14h – Reinício dos Trabalhos
- 15h15 – Intervalo
Café Jurídico do Palácio da Justiça
- 15h30 – Reinício dos Trabalhos
- 21h – Jantar de Congratamento, oferecido pelo Governador do Estado
Palácio Rio Branco

18 de Outubro de 2008

- 09h – Visita oficial à Corte de Justiça de Pando (Cobija, Bolívia)
- 12h – Almoço em Brasília (AC)
- 21h – Jantar de Encerramento
Sociedade Recreativa Tentamen, em Rio Branco (AC)

09.12.08



Izaura Maia é homenageada pela Academia Acreana de Letras

No dia 09 de dezembro de 2008 ocorreu a Primeira Sessão Extraordinária Solene da Academia Acreana de Letras (AAL) no Palácio da Justiça, oportunidade em que a Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Izaura Maia, foi homenageada com o Diploma de Membro Benemérito da instituição.

Ao iniciar a atividade, Izaura Maia disse que o evento traduz-se em motivo de grande honra para a Corte Acreana e lembrou a primeira visita dos membros da Academia ao Tribunal, ocorrida no dia 11 de novembro de 2007, por ocasião da comemoração dos 70 anos de fundação da instituição, quando foi concedido ao TJAC o Diploma de Membro Mantenedor da AAL.

Em agradecimento, nessa segunda visita, a Desembargadora repassou ao Presidente da AAL, Clodomir Monteiro uma cópia fotográfica impressa e digital da primeira edição da revista Hiléia, editada pela Academia no ano de 1967. Após assumir a condução dos trabalhos da Sessão, Clodomir Monteiro cumprimentou os presentes e agradeceu o apoio prestado pelo Tribunal às atividades desenvolvidas pela Academia. Em seguida, o escritor convidou a Direção do TJAC e os imortais presentes para fazer o descerramento solene do quadro com o diploma concedido ao Judiciário.

Na sequência, Clodomir Monteiro anunciou a homenagem que a Academia decidiu fazer a Izaura Maia pela sua carreira profissional em favor do desenvolvimento científico, artístico e cultural do Estado. A honraria é o reconhecimento da Academia àqueles que têm se destacado na colaboração à instituição. O acadêmico Jorge Araken, desembargador aposentado do TJAC, fez a saudação de tributo a Izaura Maia.

18.12.08



Juizado de Trânsito comemora 13 anos

O Tribunal de Justiça do Acre promoveu no dia 18 de dezembro, na sede dos Juizados Especiais Cíveis da Capital, atividade comemorativa aos 13 anos de instalação do Juizado de Trânsito (JTRAN) da Comarca de Rio Branco. A atividade também incluiu homenagens às instituições parceiras do JTRAN, aos magistrados e servidores que trabalharam para o sucesso do Juizado ao longo desses anos.

2

GESTÃO JURISDICCIONAL



Comarca de Manoel Urbano



Comarca de Feijó



Comarca de Taraucá



Comarca de Acrelândia



Comarca de Cruzeiro do Sul



Comarca de Capixaba



Comarca de Brasília



Comarca de Mâncio Lima



Comarca de Plácido de Castro



Comarca de Bujari



Comarca de Assis Brasil
(não instalada)



Comarca de Senador Guiomard



Comarca de Rodrigues Alves
(não instalada)



Comarca de Epitaciolândia



Comarca de Xapuri



Comarca de Sena Madureira



3ª Vara Cível
Comarca de Rio Branco



3ª Vara de Família da
Comarca de Rio Branco



1ª Vara de Fazenda Pública
Comarca de Rio Branco



Vara do Tribunal do Júri da
Comarca de Rio Branco

2.1. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

2.1.1. PRINCIPAIS METAS DE GESTÃO – BIÊNIO 2007-2009

Durante o exercício de 2008, a Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo de suas atribuições fiscalizatórias e administrativas, deu continuidade ao exercício de atividades voltadas ao objetivo principal de cumprimento ao princípio da razoável duração do processo e consequente redução das taxas de congestionamento apresentadas pelas unidades judiciárias em dezembro/2006.

A Reforma do Poder Judiciário, objeto da Emenda Constitucional nº 45/2004, incluiu a razoável duração do processo no elenco dos princípios constitucionais, a teor do art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Destarte, a constitucionalização do princípio da razoável duração do processo conduziu a necessidade de mecanismos para assegurar a celeridade do curso processual, entre eles, a vedação às férias coletivas nos juízos de primeiro grau, distribuição imediata de processos, súmulas vinculantes e necessidade de repercussão geral para conhecimento de recurso extraordinário.

De outra parte, o Sistema de Justiça Brasileiro necessita de alterações infraconstitucionais que privilegiem a solução de conflitos, proporcionando a melhor distribuição de justiça e maior segurança jurídica.

Apesar dos obstáculos decorrentes da própria legislação processual – um dos fatores que concorre para o retardo do tempo do processo – a Corregedoria Geral identificou causas de morosidade processual no âmbito do primeiro grau de jurisdição e, tanto quanto possível, no âmbito de sua competência e atribuição, ateve-se a conferir incentivo, motivação e apoio aos Juízes de Direito no exercício da prestação jurisdicional, visando, sobretudo, beneficiar os jurisdicionados com a redução do tempo da solução dos litígios.

Para tanto, autorizada pela Resolução nº 125, de 16.05.2007, do Pleno Administrativo deste Tribunal, que conferiu “nova redação aos artigos 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281 e 304, e revoga o art. 303 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça”, a Corregedoria Geral da Justiça editou o Provimento 12, de 17.07.2007, e fixou como média da razoável duração do processo em geral o prazo de 02 (dois) anos, consistindo tal orientação em critérios objetivos para a promoção de magistrados por merecimento.

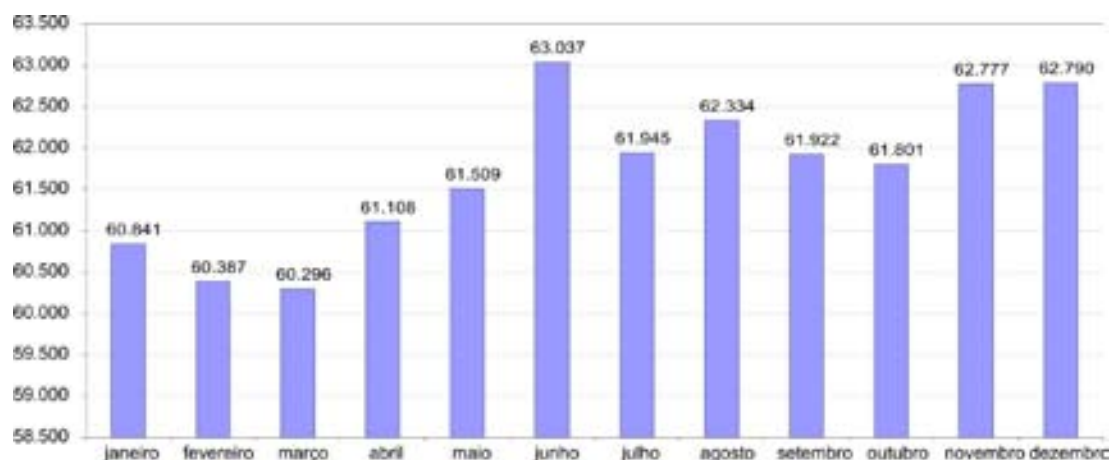
Por sua vez, a quantificação expressa na taxa de congestionamento, instrumento de medida instituído pela Resolução nº 15, de 1º de abril de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, revelou-se de especial significação para minorar o retardo dos processos em trâmite.

Durante o exercício de 2008, a taxa de congestionamento geral do Estado apresentou expressiva redução, no âmbito dos Juizados Especiais ultrapassada a meta de 50% (cinquenta por cento), atingido o patamar de 21,51% (vinte e um virgula cinquenta e um por cento) em dezembro de 2008.

Quanto à Justiça comum, significativo o decréscimo da medida de congestionamento de cada unidade judiciária, encerrado o ano de 2007 com 60,45% (sessenta vírgula quarenta e cinco por cento), reduzido ao patamar de 53,78% (cinquenta e três virgula setenta e oito por cento) em dezembro de 2008, importando em efetividade e eficiência da resolução dos processos nas respectivas unidades judiciárias a partir da distribuição.

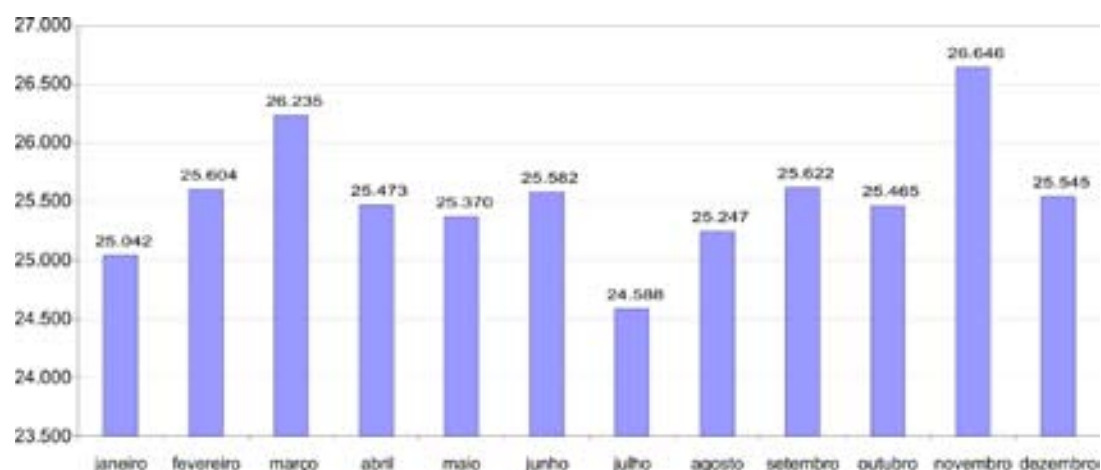
Assim, tem-se a amostra da evolução da taxa de congestionamento de processos no primeiro grau de jurisdição a partir de 2005 a dezembro de 2008, conforme quadros a seguir:

Processos em Trâmite - Justiça Comum - Janeiro a Dezembro/2008



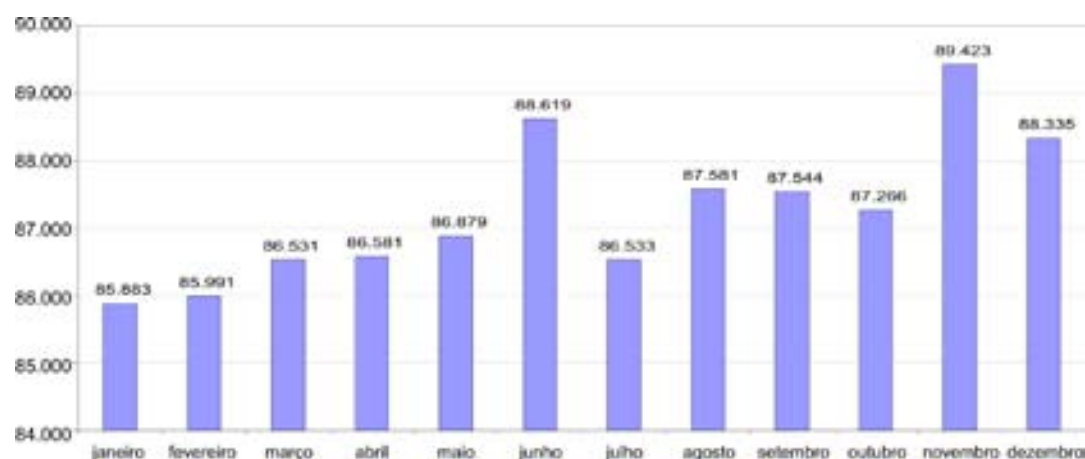
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Processos em Trâmite - Juizados Especiais - Janeiro a Dezembro/2008



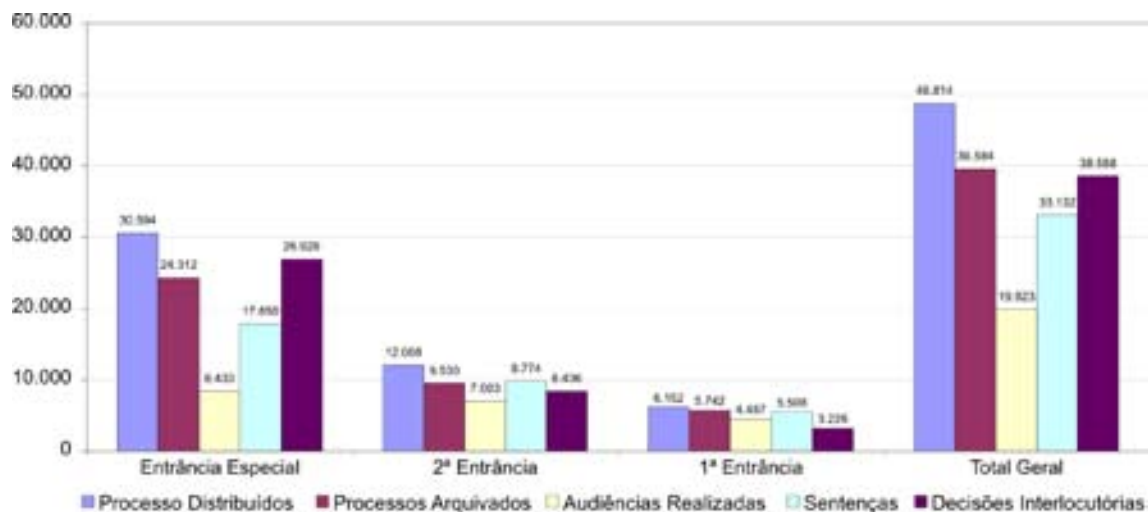
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Processos em Trâmite - Resumo Geral do Estado - Janeiro a Dezembro/2008



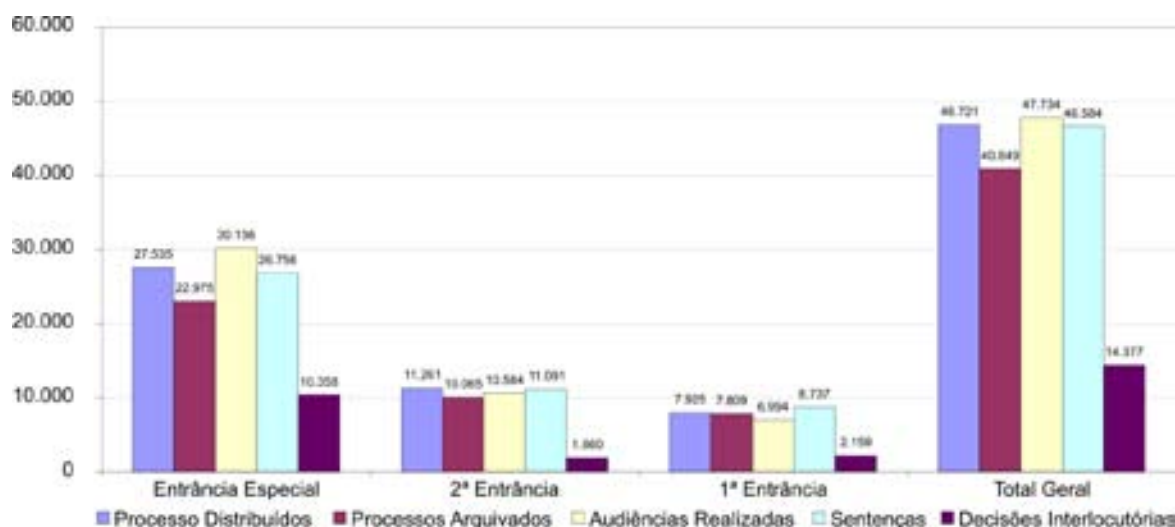
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Movimentação Processual - Justiça Comum - Janeiro a Dezembro/2008



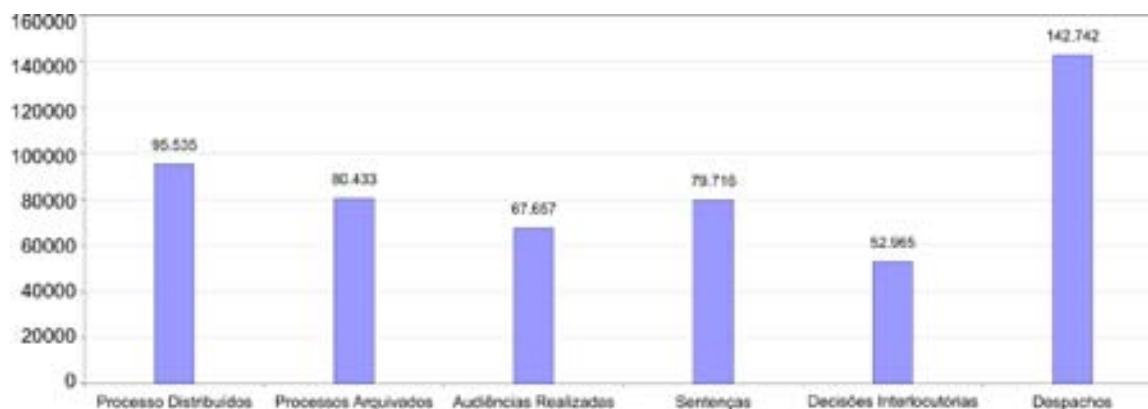
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Movimentação Processual - Juizados Especiais - Janeiro a Dezembro/2008



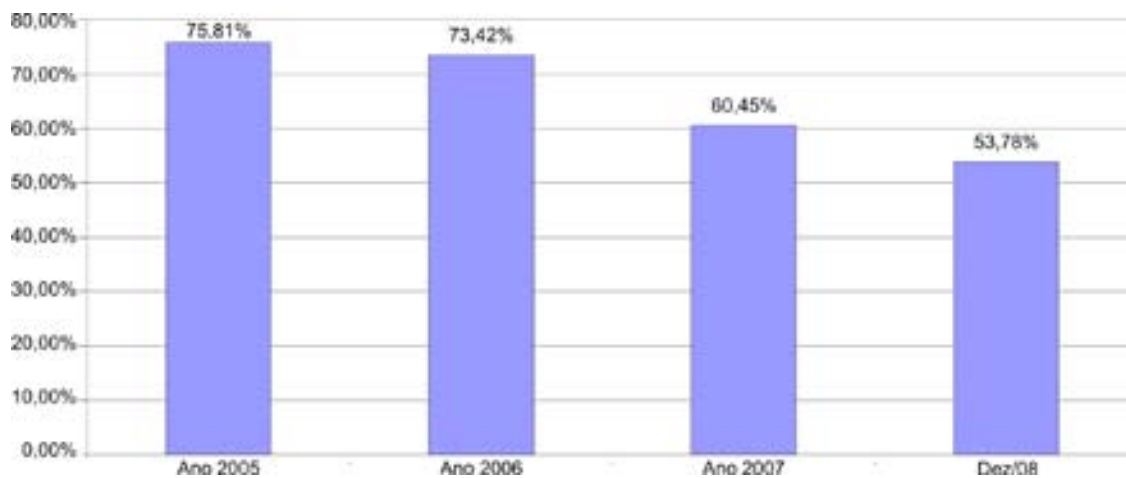
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Resumo Geral - Justiça Comum e Juizados Especiais - Janeiro a Dezembro/2008



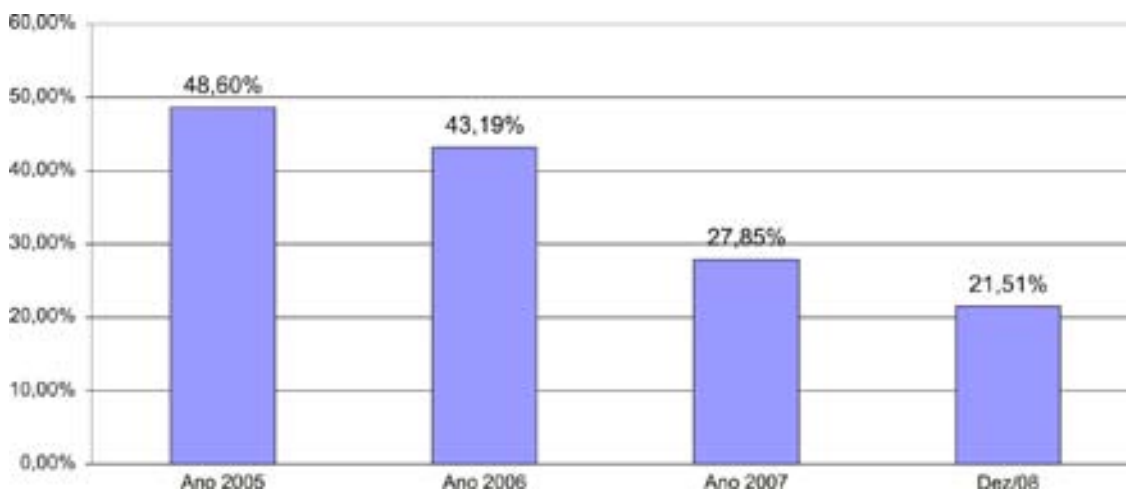
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Taxa de Congestionamento - Justiça Comum



FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

Taxa de Congestionamento - Juizados Especiais



FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

2.1.2. ATOS NORMATIVOS

A Corregedoria Geral da Justiça, no desempenho de sua função normativa, tendo em vista sua natureza orientadora das atividades dos órgãos e serviços da Justiça Estadual de primeira instância, em geral é exercida mediante Provimentos pelos quais são expedidas as normas disciplinadoras da prestação da atividade jurisdicional no primeiro grau, objetivando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços das unidades judiciárias. Atua o Órgão Censor como instrumento de controle preventivo da regularidade da prestação jurisdicional.

Assim, no ano de 2008, dentre outros, os seguintes atos normativos foram editados:

PROVIMENTOS

- Provimento nº 01, de 19.02.2008 – Disciplina a disposição do assento do Ministério Público durante as audiências e sessões do Tribunal do Júri.
- Provimento nº 02, de 22.02.2008 – Dispõe sobre a inspeção mensal nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução penal.
- Provimento nº 03, de 14.04.2008 – Dispõe acerca da coleta de dados pelo IBGE nas Varas de Família, Varas Cíveis e Tabelionato de Notas.

PROVIMENTOS CONJUNTOS

- Provimento nº 01, de 11.11.2008 – Dispõe sobre a normatização de entrevistas e cumprimento de alvarás de soltura nas Unidades do Sistema Penitenciário do Estado do Acre.
- Provimento nº 02, de 30.12.2008 – Dispõe sobre a distribuição igualitária dos Termos Circunstanciados nos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Rio Branco.

RECOMENDAÇÕES

- Recomendação nº 01, de 14.04.2008 – Aos Juízes de Direito competentes em processar e julgar a matéria objeto do Estatuto da Criança e do Adolescente, recomenda instituir em suas unidades judiciárias o cadastro de criança e adolescentes em condições de serem adotadas e outro de pretendentes nacionais à adoção bem como dos abrigos existentes e de menores abrigados.
- Recomendação nº 02, de 09.06.2008 – Aos Juízes de Direito titulares ou com jurisdição prorrogada aos Juizados Especiais Criminais do Estado do Acre, recomenda que a proposta de transação penal seja oferecida, exclusivamente, pelo representante do Ministério Público e, ante a impossibilidade de comparecimento deste ao ato processual, seja possibilitada apenas a apresentação da aludida proposta por servidor do Poder Judiciário e/ou auxiliar da Justiça (conciliador ou juiz leigo) designado para a audiência, desde que efetivamente implementada a proposta de transação penal por representante do Ministério Público, com a posterior subsunção dos autos ao Órgão Ministerial para ratificação.
- Recomendação nº 03, de 25.06.2008 – Aos Juízes de Direito do Estado do Acre em atuação em Varas Cíveis genéricas e Varas de Fazenda Pública, competentes para processamento e julgamento de Execução Fiscal especialmente aqueles no exercício da função que, beneficiada a parte executada com o parcelamento do débito fiscal, em cumprimento ao art. 792, do Código de Processo Civil, seja declarado suspenso o processo executório até o adimplemento total da obrigação, de vez que tal espécie de incidente não acarreta a extinção do processo, que só deve ser implementada após a integral quitação da dívida objeto da demanda.
- Recomendação nº 04, de 29.08.2008 – Aos Juízes de Direito das Varas Criminais do Estado do Acre a estrita observância ao disposto no item 1, Seção 4, do Capítulo 7, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça.
- Recomendação nº 05, de 02.09.2008 – “Dispõe sobre a implantação do sistema de fichas e folhas soltas nas Serventias de Registro de Imóveis da Comarca de Xapuri”.
- Recomendação nº 06, de 1º.12.2008 – Aos Juízes de Direito do Estado do Acre, especialmente aqueles no exercício da função de Diretores de Fórum para que, tanto quanto possível, abstenham-se de determinar aos Oficiais de Justiça diligências para localização de bens penhoráveis de propriedade das partes executadas, de vez que atribuído ao credor tal ônus, excluídas as hipóteses em que exauridos os esforços disponibilizados à parte exequente com tal finalidade.

2.1.3. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS/OUVIDORIA

A Corregedoria Geral da Justiça também desenvolve atividade de Ouvidoria, ou seja, recebe reclamações de jurisdicionados e advogados, em geral reduzidas a termo e autuadas como Pedidos de Providência. A maioria visa apuração de causas de morosidade processual e irregularidade de procedimentos de feitos judiciais, atribuídos tanto aos Juízes de Direito quanto aos servidores lotados nas serventias judiciais, extrajudiciais e setores administrativos, a exemplo dos Oficiais de Justiça, estes subordinados hierarquicamente ao Diretor do Fórum de Rio Branco.

Ademais, tramitam os feitos administrativos intitulados Providências formulados por autoridades judiciárias e policiais bem como Reclamações e Representações pelas partes e advogados.

Segue a movimentação processual dos mencionados procedimentos, no período de 01.01.2008 a 31.12.2008:

Natureza Processual	Distribuídos	Arquivados	Estoque
Pedido de Providência	20	15	24
Reclamação	01	13	01
Providência	103	76	74*
Representação	01	02	-
Processo Administrativo	-	-	01
Procedimentos diversos	25	18	36

Os processos, em sua maioria, versam sobre indisponibilidade de bens, no aguardo de resposta a expedientes (ofícios circulares) endereçados aos Juízes de Direito do Estado.
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

2.1.4. CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

A Correição Geral Ordinária decorre da função de natureza fiscalizadora das Corregedorias, exercida mediante controle dos órgãos e serviços judiciários e administrativos da Justiça Estadual de primeira instância, para a verificação do andamento dos processos, regularidade dos serviços, observância de prazos e zelo pelo regular exercício da prestação jurisdicional.

Embora fundamentalmente orientada em propósito de natureza preventiva, a fiscalização poderá ensejar a correção de atos e procedimentos quando constatada sua desconformidade com as normas pertinentes ou, até mesmo, utilizar a função disciplinar, em caso de indício de cometimento de falta passível de punição.

Tal fiscalização é exercida mediante correições gerais, ordinárias e extraordinárias, correições parciais, além de inspeções judiciárias realizadas pelo próprio Juiz de Direito responsável pela unidade judiciária.

A Correição Geral Ordinária, afeta ao Corregedor-Geral da Justiça, conforme previsão do art. 30, da Lei Complementar Estadual nº 47, de 22 de novembro de 1995 (Código de Organização e Divisão Judiciárias) tem por objetivo verificar a regularidade da prestação jurisdicional e o desenvolvimento dos serviços afetos ao juízo de primeiro grau, adotando-se, desde logo, as medidas adequadas à supressão de equívocos ou omissões. Trata-se de ato rotineiro de fiscalização, assinalado em prévio calendário anual.

Para tanto, no exercício de 2008, a Correição Geral Ordinária foi realizada em todas as serventias judiciais e extrajudiciais do Estado do Acre.

Em cada unidade judiciária também foram correicionados os 50 (cinquenta) processos mais antigos em curso, com distribuição anterior ao exercício de 2006, observado o prazo de 02 (dois) anos objeto do Provimento nº 12/2007, atinente à razoável duração do processo.

Ateve-se a Correição Geral Ordinária ao exame por amostragem do percentual de 10% (dez por cento) dos feitos em curso nas serventias judiciais.

Tocante às Serventias Extrajudiciais das Comarcas do Estado, os Livros Obrigatórios foram correicionados a partir da data do último ato correicional implementado no exercício de 2007, restando avaliados entre outros, os seguintes aspectos: forma adequada de utilização e respectivo estado de conservação dos livros, a efetiva abertura de livros obrigatórios bem como a observância à legislação registral.

Também expediu-se recomendação aos titulares das serventias extrajudiciais e demais servidores quanto à urbanidade no atendimento, eficiência e eficácia dos procedimentos, estrito cumprimento às recomendações e ordens de serviços expedidos pelo Juiz de Direito da Comarca e observância à legislação de regência bem assim às normas editadas pelo Corregedor Geral da Justiça.

2.1.4.1. DO CALENDÁRIO CORREICIONAL

No exercício de 2008 foi realizada Correição Geral Ordinária em todas as Serventias Judiciais e Extrajudiciais do Estado do Acre. Nas Serventias Extrajudiciais o trabalho teve início em 08.04.2008, sendo concluído em 05.06.2008. Por sua vez, nas Serventias Judiciais, a Correição Geral Ordinária teve início em 31.07.2008 e foi concluída em 19.12.2008.

DEMONSTRATIVO GERAL DA CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO ACRE

A Correição Geral Ordinária de 2008 possibilitou a continuidade da análise de morosidade do curso processual e suas causas, assim como as deficiências de estrutura física e de pessoal que ensejam obstáculo à efetiva prestação jurisdicional e à conseqüente produtividade dos magistrados titulares bem como daqueles em exercício nas unidades judiciárias.

Após a Correição Geral Ordinária, os Relatórios pormenorizados de cada unidade judiciária e extrajudicial foram encaminhados às respectivas Comarcas, reunidos os fatos mais relevantes no Diagnóstico seguinte:

COMARCA DE MANUEL URBANO

Juiz de Direito em exercício	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Thais Queiroz Borges de Oliveira Aboul Kalil	Vara Única: Cartório Cível: 279	Cartório Cível: 78%**
	Vara Única: Cartório Criminal: 105	Cartório Criminal: 78%**
	Vara Única: Juizado Cível: 190	Juizado Cível: 7%*
	Vara Única: Juizado Criminal: 200	Juizado Criminal: 42%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE FEIJÓ

Juiz de Direito em exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Romário Divino Faria	Cartório Cível: 1.043	Cartório Cível: 36%*
	Cartório Criminal: 378	Cartório Criminal: 33%*
	Juizado Cível: 440	Juizado Cível: 7%*
	Juizado Criminal: 359	Juizado Criminal: 9%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA TARAUAÇÁ

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Romário Divino Faria	Cartório Cível: 1323	25%*
	Cartório Criminal: 570	34%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Cível: 790	10%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: 430	8%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE XAPURI

Juizes de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Cartório Cível e Juizado Especial Cível: Zenair Ferreira Bueno Vasquez Arantes Cartório Criminal e Juizado Especial Criminal: Anastácio Lima de Menezes Filho	Cartório Cível: 1323	25%*
	Cartório Criminal: 570	34%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Cível: 790	10%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: 430	8%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA NÃO INSTALADA DE ASSIS BRASIL

Juiz de Direito em exercício	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Leandro Leri Gross	Vara Única Cartório Cível: Cível: 128	40%*
	Subsecretaria do Juizado Cível: 95	- 35%*
	Subsecretaria do Juizado Criminal: 31	Tratando-se de Comarca não instalada inexistente remessa a este Órgão Censório de informações periódicas acerca do quantitativo processual, daí porque resulta impossibilitada a aferição da taxa de congestionamento nos termos da Resolução nº 15/2006 do Conselho Nacional de Justiça.

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE EPITACIOLÂNDIA

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Leandro Leri Gross	Cartório Cível: 500	62%**
	Cartório Criminal: 250	87%***
	Subsecretaria do Juizado Especial Cível: 175	-25%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: 89	19%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

*** Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE BRASILEIA

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Leandro Leri Gross	Cartório Cível: 959	36%*
	Cartório Criminal: 767	69%**
	Subsecretaria do Juizado Especial Cível: 465	-12%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: 220	53%**

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE CAPIXABA

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Fernando Nóbrega da Silva	Cartório Cível: 257	47%*
	Cartório Criminal: 134	52%**
	Subsecretaria do Juizado Especial Cível: 97	15%*
	Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: 86	41%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE SENADOR GUIOMARD

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Cartório e Juizado Especial Cível: Luana Cláudia de Albuquerque Campos	Cartório Cível: 801	51%**
	Cartório Criminal: 290	51%**
Cartório e Juizado Especial Criminal: Fernando Nóbrega da Silva	Juizado Especial Cível: 609	41%*
	Juizado Especial Criminal: 145	39%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE PLÁCIDO DE CASTRO

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Edinaldo Muniz dos Santos	Cartório Cível: 172	6%*
	Cartório Criminal: 200	44%*

Edinaldo Muniz dos Santos	Juizado Especial Cível: 78	12%*
	Juizado Especial Cri-minal: 241	-3%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE ACRELÂNDIA

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Edinaldo Muniz dos Santos	Cartório Cível: 221	12%*
	Cartório Criminal: 165	64%**
	Juizado Especial Cível: 70	-27%*
	Juizado Especial Cri-minal: 141	73%***

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

*** Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE SENA MADUREIRA

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Cartório e Juizado Especial Cível: Pedro Luis Longo	Cartório Cível: 2359	51%**
	Cartório Criminal: 966	58%**
Cartório e Juizado Especial Criminal: Thais Queiroz Borges Abou Khalil	Juizado Especial Cível: 956	13%*
	Juizado Especial Cri-minal: 366	21%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE BUJARI

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Maha Kouzi Manasfi e Manasfi	Cartório Cível: 263	53%**
	Cartório Criminal: 150	62%**
	Juizado Especial Cível: 263	13%*
	Juizado Especial Cri-minal: 56	39%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

COMARCA DE MÂNCIO LIMA

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Rogéria José Epaminondas	Cartório Cível: 691	40%*
	Cartório Criminal: 415	70%***
	Juizado Especial Cível: 395	43%*
	Juizado Especial Cri-minal: 374	71%***

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

*** Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

**COMARCA NÃO INSTALADA DE RODRIGUES ALVES
(CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA)**

Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
Rogéria José Epaminondas	Subsecretaria do Juizado Especial Cível: 224	Tratando-se de Comarca não instalada inexistente remessa a este Órgão Censório de informações periódicas acerca do quantitativo processual, daí porque resulta impossibilitada a aferição da taxa de congestionamento nos termos da Resolução nº 15/2006 do Conselho Nacional de Justiça.
	Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: 203	

COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

Unidade Judiciária	Juiz de Direito em Exercício	Processos em Trâmite	Taxa de Congestionamento
1ª Vara Cível	Lílian Deise Braga Paiva	1347	21%*
2ª Vara Cível	Lílian Deise Braga Paiva	1759	32%*
1ª Vara Criminal	Giordane de Souza Dourado	734	83%**
2ª Vara Criminal	Giordane de Souza Dourado	654	50%*
Central de Penas Alternativas	Giordane de Souza Dourado	448	Tocante à verificação da taxa de congestionamento na unidade judiciária resulta impossibilitada tal aferição considerando a própria natureza das ações afetas à unidade judiciária – Central de Execuções de Penas Alternativas – o cumprimento da pena pelo Reeducando. Razão porque, neste caso específico, não considerada a taxa de congestionamento como fator de avaliação de produtividade.
Juizado Especial Cível	Rogéria José Epaminondas	1.107	8%*
Juizado Especial Criminal	Giordane de Souza Dourado	354	29%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

** Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

1ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Laudivon de Oliveira Nogueira	2.145	80,4%*

* Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

2ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO

Juiza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim	2.059	58,67%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

3ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Lois Carlos Arruda	2.053	77%*

* Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

4ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO

Juíza de Direito em Exercício à época	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Olívia Maria Alves Ribeiro	2.125	63%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Luis Vitório Camolez	2.211	84%*

* Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

1ª VARA DE FAMÍLIA DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Pedro Luis Longo	1.256	22%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

2ª VARA DE FAMÍLIA DE RIO BRANCO

Juíza de Direito em Exercício	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Lílian Deise Braga Paiva	2.273	16%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

3ª VARA DE FAMÍLIA DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Junior Alberto Ribeiro	1.902	6%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO

Juíza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Maria Penha Souza Nascimento	2.399	58%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RIO BRANCO

Juíza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Regina Célia Ferrari Longuini	1.614	60,27%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Marcelo Badaró Duarte	570	40,94%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

1ª VARA CRIMINAL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Francisco Djalma da Silva	1.976	62%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

2ª VARA CRIMINAL DE RIO BRANCO

Juíza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Denise Castelo Bonfim Nunes	2.670	88%*

* Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

3ª VARA CRIMINAL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Raimundo Nonato da Costa Maia	2.267	87%*

* Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

4ª VARA CRIMINAL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira	2.074	65%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

VARA DE TRIBUNAL DO JÚRI DE RIO BRANCO

Juiz de Direito titular à época	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Marcelo Coelho de Carvalho	1.190	88%*

* Situação complicada, a exigir ação imediata (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Élcio Sabo Mendes Junior	382	59%*

* Situação difícil, mas gerenciável (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

AUDITORIA MILITAR

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Elcio Sabo Mendes Junior	102	46%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

VARA DE EXECUÇÕES PENAS DE RIO BRANCO

Juíza de Direito em exercício	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Maha Kouzi Manasfi e Manasfi	3.064	Tocante à verificação da taxa de congestionamento na unidade judiciária resulta impossibilitada tal análise considerando a própria natureza da matéria afeta à unidade judiciária – execuções penais – a depender do cumprimento da pena pelo Reeducando. Razão porque, neste caso específico, não considerada a taxa de congestionamento como fator de avaliação de produtividade.

CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS DE RIO BRANCO

Juíza de Direito em exercício	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Maha Kouzi Manasfi e Manasfi	1.971	Tocante à verificação da taxa de congestionamento na unidade judiciária resulta impossibilitada a referida análise considerando a própria natureza das ações afetas à unidade judiciária – Central de Execução de Penas Alternativas – o cumprimento da pena pelo Reeducando. Razão porque, neste caso específico, não considerada a taxa de congestionamento como fator de avaliação de produtividade.

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE RIO BRANCO

Juíza de Direito em exercício	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Luana Cláudia de Albuquerque Campos	2.398	17%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE RIO BRANCO

Juíza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Solange de Souza Fagundes	2.467	-10%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

JUIZADO DE TRÂNSITO DE RIO BRANCO

Juíza de Direito titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Solange de Souza Fagundes	486	20%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Marcos Thadeu de Andrade Mathias	3.978	33%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE RIO BRANCO

Juíza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Mirla Regina da Silva Cutrim	7.186	30%*

* Situação de equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE DE RIO BRANCO

Juíza de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Mirla Regina da Silva Cutrim	556	5,71%

* Situação de equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
José Augusto Cunha Fontes da Silva	763	17%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).

2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE RIO BRANCO

Juiz de Direito Titular	Processos em trâmite	Taxa de Congestionamento
Afonso Braña Muniz	935	3%*

* Situação em equilíbrio (Indicadores estatísticos descritos em Relatório do Supremo Tribunal Federal: Justiça em Números/ano base 2003).
FONTE: Corregedoria Geral da Justiça.

2.1.5. SETOR DE ESTATÍSTICA – ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

No exercício de 2008, o Setor de Estatística revelou-se de especial significação nas atividades desenvolvidas na Corregedoria Geral da Justiça, haja vista a necessidade de consolidação dos relatórios mensais das unidades judiciárias bem assim dos relatórios individuais dos magistrados (art. 276-A, § 1º, da Resolução 125/2006, do Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça) contribuindo o setor para o controle interno das atividades jurisdicionais mediante elaboração de estatística mensal das unidades judiciárias.

Expressiva, ainda, a quantidade de informações apresentadas pela Corregedoria Geral da Justiça ao Conselho Nacional de Justiça, atendendo a diversas solicitações, principalmente aquelas decorrentes do processo de informatização do Poder Judiciário.

Destacam-se entre as principais realizações implementadas pelo mencionado setor, o acompanhamento sistemático das atualizações dos sistemas, dos seguintes dados:

- Sistema de Informações para a Corregedoria Nacional de Justiça (Produtividade Mensal dos Magistrados);
- Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNJ);
- Cadastro Nacional de Adoção (CNJ);
- BACENJUD (Banco Central);
- INFOSEG (Ministério da Justiça);
- Atualização Mensal das Taxas de Congestionamento; e,
- Estatística das Serventias Judiciais e das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais.



2.1.6 OUTRAS ATIVIDADES

Instalada a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

No dia 29 de fevereiro de 2008 foi instalada a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco. O evento, bastante prestigiado por autoridades civis e militares, contou com a presença do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Juiz Federal Sérgio Tejada, que veio ao Acre representando a então Presidente do CNJ, Ministra Ellen Gracie.

Na nova unidade judiciária, a prática e a comunicação dos atos processuais ocorrem exclusivamente por meio eletrônico, conforme as diretrizes preconizadas na Lei nº 11.419/2006, que trata da informatização do processo judicial no Brasil. Por meio da parceria celebrada entre o Tribunal de Justiça do Acre e o Conselho Nacional de Justiça, a Vara de Violência contra a Mulher de Rio Branco é a primeira no país com essa especialização a utilizar o sistema de tramitação eletrônica de processos – Projudi, desenvolvido pelo CNJ em software livre e repassado gratuitamente aos tribunais brasileiros.

A implantação da Vara de Violência Doméstica conjuga dois importantes avanços: a possibilidade de mais celeridade no atendimento às mulheres que buscam a proteção da Justiça, bem como a utilização do sistema Projudi, que integra o processo de modernização do Judiciário e representa o início de uma nova fase que a Justiça do Acre passa a experimentar.



Semana Acreana da Conciliação

“Conciliação: bom para a Justiça, melhor para você” – com esse *slogan* o Poder Judiciário do Acre realizou no período de 12 a 15 de agosto, a Semana Acreana da Conciliação. O evento integrou o calendário anual de comemorações pelos 45 anos de instalação oficial do Tribunal de Justiça do Acre e ocorreu simultaneamente em todas as comarcas do Estado.

Ao viabilizar o tratamento dos conflitos por meio de procedimentos informais e simplificados, a Semana teve como objetivo estimular a construção de uma cultura voltada à pacificação social e à diminuição substancial do tempo de duração das disputas judiciais. A Corregedoria Geral da Justiça, coordenadora do evento, divulgou os seguintes dados finais sobre a atividade:

- Realizadas 1.656 audiências.
- Celebrados 708 acordos, equivalente a um percentual de 43% de conciliação.



Mobilização Nacional pelo Registro Civil

Coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Mobilização Nacional para Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica ocorreu no período de 17.11 a 19.12, em todo o país. A campanha teve o objetivo de garantir, gratuitamente, o registro civil a todas as pessoas que ainda não possuem o documento, desde crianças a adultos. Assim como os demais Tribunais brasileiros, o TJAC participou da Mobilização.



Semana Nacional da Conciliação

Em solenidade realizada no dia 1º de dezembro, na Praça do Cidadão do Fórum Barão do Rio Branco, a Direção do TJAC declarou aberta a 3ª Semana Nacional da Conciliação. A atividade se estendeu até o dia 05, em todo o país. O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), integrou o Movimento Nacional pela Conciliação e envolveu todos os Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho. “Conciliar é querer bem a você” foi o *slogan* da Semana em 2008, criado para fortalecer a ideia do bem que a conciliação favorece. Por meio dela, por exemplo, o cidadão ganha mais rapidez na resposta definitiva ao caso que o levou à Justiça, os conflitos litigiosos e o tempo para a análise dos processos diminuem, assim como os desgastes emocio-

nais e financeiros com o Judiciário. A Corregedoria Geral da Justiça do Acre coordenou a atividade no Estado, que apresentou o seguinte resultado:

- Realizadas 1.726 audiências, com 1.027 acordos celebrados e um percentual de 59,5% de conciliação.
- O volume de processos solucionados envolveu a soma de aproximadamente R\$ 369,2 mil.



A boa experiência de trabalho da Central de Mandados de Rio Branco

A Direção do Tribunal de Justiça, visando a celeridade na prestação jurisdicional, adotou em dezembro 2007 importantes medidas para otimizar os trabalhos na Central de Mandados da Comarca de Rio Branco (CEMAN).

À época, a Corregedoria Geral da Justiça constatou elevado contingente de mandados judiciais pendentes de cumprimento na CEMAN, que totalizavam 6.475. Diante disso, a COGER designou as juízas Solange de Souza Fagundes, titular do 1º Juizado Especial Cível, e Maria Penha Sousa Nascimento, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, para auxiliar a Corregedoria, promovendo atos necessários à operacionalidade na Central. Paralelamente, a Presidência do TJAC nomeou 14 oficiais de Justiça ad hoc para atender a demanda existente.

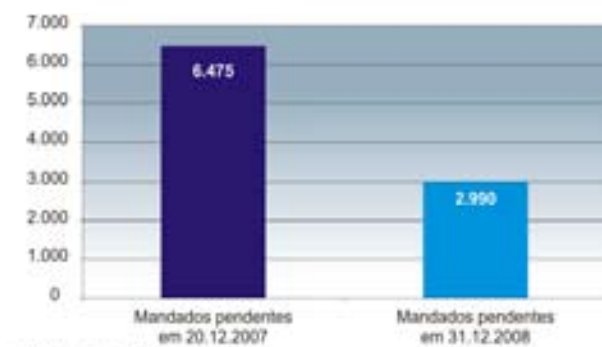
Para conferir ainda mais presteza ao cumprimento de mandados judiciais na Capital, vez que o não cumprimento obsta a realização de audiências e demais atos processuais, comprometendo a razoável duração do processo, em março de 2008 a Corregedoria instituiu Grupo de Trabalho para estudar o fluxo processual da Comarca de Rio Branco e oferecer diagnóstico. A ação teve como objetivo a uniformização dos procedimentos a serem adotados nas unidades judiciárias da Capital quanto à expedição de mandados judiciais, traçando diretrizes para solucionar a crescente pendência no cumprimento pela CEMAN.

Constituído pelos juízes Luís Vitório Camolez (Vara de Órfãos e Sucessões e Diretor do Foro da Comarca de Rio Branco), Solange de Souza Fagundes (1º Juizado Especial Cível), Maria Penha Sousa Nascimento (1ª Vara da Fazenda Pública), Afonso Braña Muniz (2º Juizado Especial Criminal), Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira (4ª Vara

Criminal) e Júnior Alberto Ribeiro (3ª Vara de Família), o Grupo de Trabalho desenvolveu suas atividades no período de 30 dias.

No mesmo sentido, em abril de 2008, o Tribunal de Justiça e o Corpo de Bombeiros Militar do Acre firmaram importante parceria. Durante 60 dias, 10 militares da corporação ajudaram na execução de mandados na Capital, atuando como oficiais de Justiça ad hoc.

Em janeiro de 2009 a Direção do TJAC reuniu-se com os juízes, oficiais de Justiça e a coordenação da CEMAN para parabenizar o trabalho e esforço das equipes, cujo reflexo é a expressiva redução de 53,83% do número de mandados pendentes de cumprimento pela Central, conforme demonstra o gráfico a seguir:



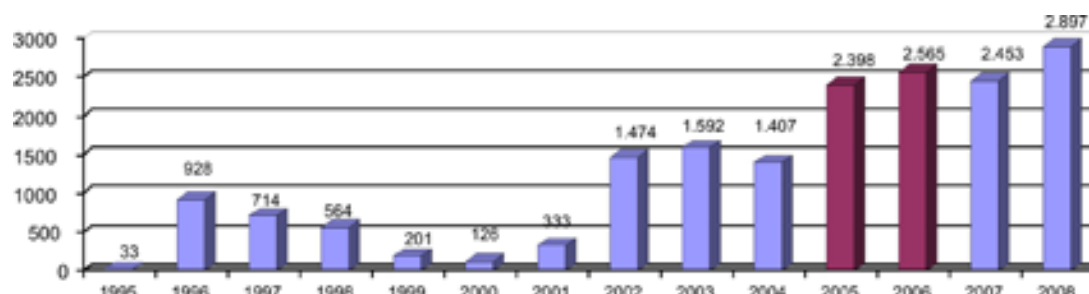
2.1.7. JUIZADO DE TRÂNSITO

Com 12 anos de atuação, completados no dia 18 de dezembro de 2008, o Juizado de Trânsito registrou o seguinte número em 2008: 2.897 atendimentos de ocorrências de acidentes de trânsito.

Desde sua criação, em 18.12.1995 até 31.12.2008, foram 17.685 atendimentos prestados, reafirmando a necessidade do serviço oferecido pelo Tribunal de Justiça.

O aumento no número de atendimentos, crescente a cada exercício, deve-se, principalmente, à frota de veículos da cidade, isto porque, a cada mês, 1.200 veículos são integrados à frota acreana.

Atendimentos do Juizado de Trânsito - 18.12.1995 a 31.12.2008



FONTE: Juizado de Trânsito.

A atual frota de veículos do Estado é de 105.000 veículos; destes, 91.000 estão na capital, Rio Branco.

O Convênio de Cooperação Técnica entre os órgãos ligados à Justiça, o Trânsito e a Segurança Pública foi renovado em 26.03.2008, com término previsto para 26.03.2009.

Além das atividades judiciais, o Juizado de Trânsito ministrou em 2008, por meio dos seus servidores, palestras sobre segurança no trânsito para funcionários de empresas do setor de transporte de passageiros e cargas e também para estudantes, o que tem resultado na redução de acidentes com esses usuários.



Palestra na Escola Glória Peres



Palestra na empresa Coca-Cola

Além de palestras, o Juizado também se fez presente em campanhas e amostras externas desenvolvidas por seus parceiros, firmando ainda mais a parceria com as unidades operacionais ligadas ao Centro Integrado de Operações de Segurança Pública do Estado do Acre - CIOSP.



Campanha da "Semana do Trânsito"



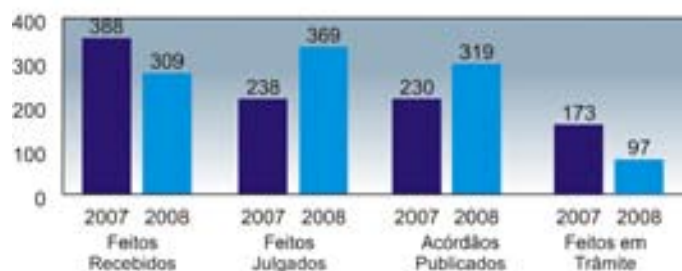
Campanha "Amigos do Trânsito"

Em outubro de 2008, a Corregedoria Geral do TJAC cedeu um *notebook* ao Juizado de trânsito e, com a cessão posterior de um *modem*, tornou-se possível o uso do equipamento na viatura do Juizado, onde é utilizado o Sistema de Automação do Judiciário – SAJPG para autuação do processo em tempo real, o que acelerou o trâmite de informações entre o cartório e a unidade móvel.

2.2. DIRETORIA JUDICIÁRIA

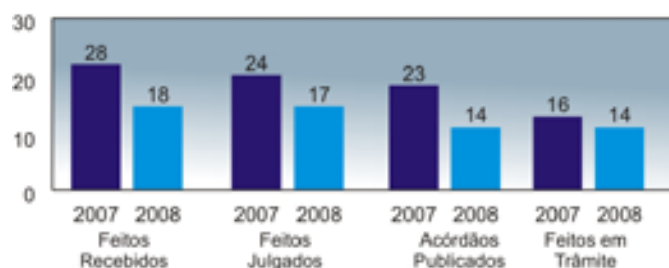
Judiciário em Números

PLENO JUDICIAL



FONTE: Diretoria Judiciária

PLENO ADMINISTRATIVO



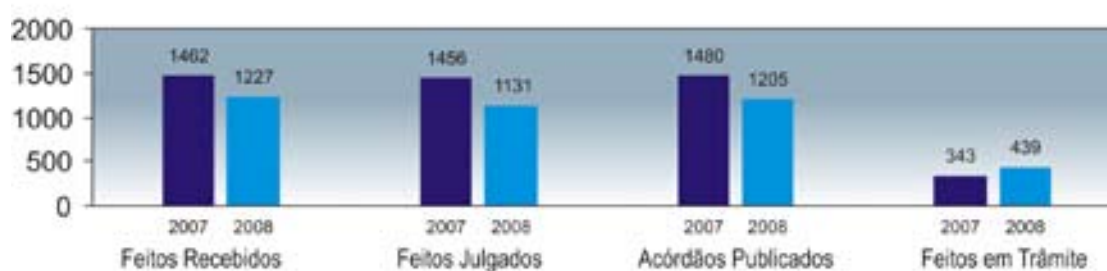
FONTE: Diretoria Judiciária

CÂMARA CÍVEL



FONTE: Câmara Cível

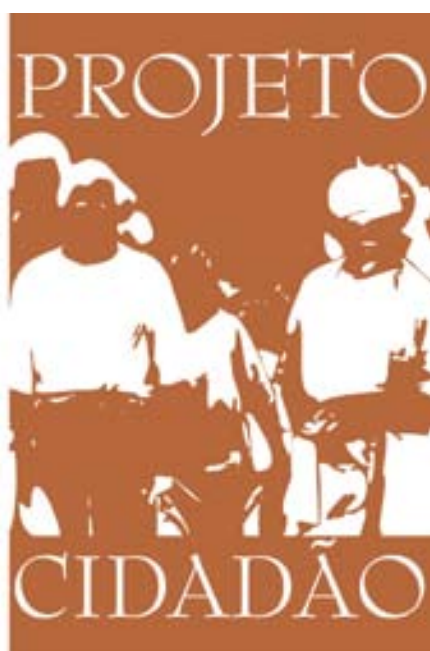
CÂMARA CRIMINAL



FONTE: Câmara Criminal



Justiça
Comunitária
Itinerante



2.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.3.1. JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Apresentação

Com o propósito de aproximar a Justiça do cidadão, proporcionando a ele conscientização sobre seus direitos e assistência jurídica no seu próprio bairro, o Programa Justiça Comunitária Itinerante é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre desde 2002, inicialmente em convênio com o Ministério da Justiça; posteriormente, a partir de 2004, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e desde 2006 em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Objetivos

- ✓ Oferecer orientações jurídicas a comunidades carentes, conscientizando a população sobre seus direitos e deveres.
- ✓ Contribuir para a resolução de pequenos conflitos de maneira rápida e amistosa, por meio da mediação realizada por agentes comunitários.

Como Funciona

As orientações e mediações são feitas por agentes comunitários, isto é, pessoas da própria comunidade, selecionadas, treinadas e supervisionadas por uma equipe multiprofissional, composta por psicólogos, assistentes sociais e estagiários de Direito, sob a coordenação da Desembargadora Eva Evangelista.

Os agentes comunitários trabalham nos núcleos instalados em instituições que existem nos próprios bairros.

- ✓ Atuam como educadores, orientando a população sobre a melhor forma de solucionar suas questões.
- ✓ Realizam palestras sobre temas diversos, como previdência social e direito do consumidor, difundindo o exercício da cidadania.
- ✓ Prestam informações sobre serviços do Judiciário, direitos da criança, mulher e idoso, e políticas públicas.
- ✓ Auxiliam os moradores na resolução de pequenos conflitos ou encaminham os casos aos órgãos específicos. Por meio da mediação, os agentes buscam não apenas pôr fim ao litígio, mas restaurar a convivência pacífica entre os envolvidos.
- ✓ Diariamente os agentes comunitários de cada um dos bairros atendidos pelo Programa recebem as demandas de sua comunidade e buscam a mediação dos conflitos. O mediador busca estabelecer o acordo e a paz entre as partes. Nos casos em que o agente não consegue o acordo, a demanda é repassada ao Juizado Especial Móvel - microônibus especialmente preparado para a realização de audiências, que mantém uma agenda de atendimentos nos bairros beneficiados pelo Programa em dias específicos. Nestes casos, aplicam-se os procedimentos da Lei n. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais): instaura-se um processo, o conciliador ou juiz ouve as partes e determina a solução para o caso no próprio veículo. Este é o grande diferencial do programa em relação a outros semelhantes desenvolvidos pelo país, vez que o cidadão recebe atendimento direto e desburocratizado no seu bairro.

Bairros atendidos pelo Programa Justiça Comunitária Itinerante no ano de 2008

Aeroporto Velho	Santa Inês
São Francisco	Areal
Calafate	Montanhês
Chico Mendes	Taquari
Tancredo Neves	

Importância Social

Os pequenos conflitos que afloram no cotidiano da cidade, muitos deles com origem em questões de direito civil, acabam se tornando questões de direito criminal, em razão da agressividade com que são resolvidos, resultando em incremento da violência urbana.

Além de possibilitar a solução célere e pacífica dos conflitos, o Programa Justiça Comunitária Itinerante proporciona, ainda, outros benefícios à população, pois ensina a comunidade a resolver seus próprios problemas, fornece noções de cidadania e melhora a sua qualidade de vida, com custo reduzido para o Poder Público.

O fato de utilizar pessoas da comunidade para mediar os conflitos é um dos fatores de sucesso do Programa. Os bons resultados alcançados na redução da agressividade e violência justificam a necessidade de sua consolidação.



Atividades Realizadas - 2008

Total de ações ajuizadas no microônibus da Justiça Itinerante	1.038
Audiências realizadas no Microônibus da Justiça Itinerante	1.132
Com acordo	303
Sem acordo	829
(audiências redesignadas, conciliação com revelia, instrução, extinção por ausência do autor ou pelo pagamento da dívida)	
Sentenças com resolução do mérito (sentenças cíveis de mérito e cível homologatória)	714
Processos arquivados	939
Processos em trâmite na Secretaria (até dezembro de 2008)	540

FONTE: Coordenação do Programa Justiça Itinerante.

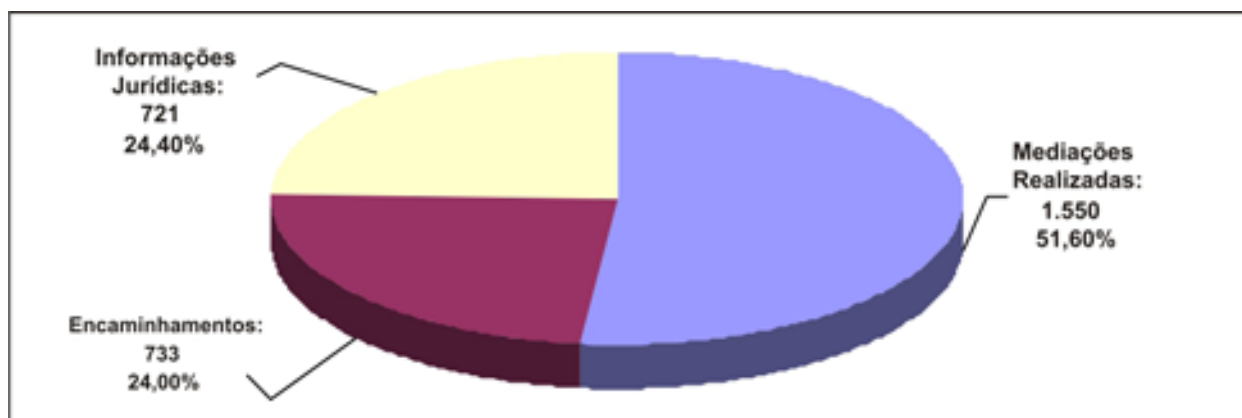
Justiça Comunitária

Convênio Tribunal de Justiça do Acre e Prefeitura Municipal de Rio Branco

No período compreendido de março a dezembro de 2008, foi realizado um percentual de 51,60% de Mediações, 24,40% de Informações Jurídicas e 24,00% de Encaminhamentos, conforme dados numéricos a seguir:

- Mediações realizadas: 1.550
- Encaminhamento para outros setores do Poder Judiciário: 721
- Informações dadas: 721
- Total de Atendimentos: 3.004

Atividades Realizadas - 2008



FONTE: Coordenação do Programa Justiça Comunitária.



Relatório de Atividades - 2008

(Convênio N.º 001/2008 PMRB/SEMCAS/TJAC)

Núcleo	Tipo de Atendimento	Meses										Total
		MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Placas	Encaminhamentos	1	8	10	8	10	26	21	23	36	23	396
	Informações	1	13	16	13	9	13	12	8	17	6	
	Mediação	2	1	3	4	45	27	7	15	10	8	
Conquista	Encaminhamentos	0	1	3	4	0	6	2	5	3	0	213
	Informações	0	5	101	5	6	4	6	6	4	6	
	Mediação	0	3	3	2	6	2	6	4	5	15	
Jorge Lavocat	Encaminhamentos	5	30	31	7	29	29	55	26	47	13	1.479
	Informações	4	19	18	5	22	58	52	32	4	16	
	Mediação	112	84	97	131	40	60	70	101	205	77	
06 de agosto	Encaminhamentos	7	5	4	10	8	14	10	16	10	3	326
	Informações	4	0	94	0	1	2	2	1	1	0	
	Mediação	0	4	30	8	17	11	13	32	10	9	
Jardim Eldorado	Encaminhamentos	0	10	12	8	0	0	0	0	0	0	67
	Informações	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	
	Mediação	0	5	17	10	0	0	0	0	0	0	
Novo Calafate	Encaminhamentos	0	0	0	0	1	3	1	3	5	0	60
	Informações	0	0	0	0	1	4	2	7	5	2	
	Mediação	0	0	0	0	2	0	8	5	6	5	
Mocinha Magalhães	Encaminhamentos	0	0	0	0	4	3	2	4	7	4	123
	Informações	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	
	Mediação	0	0	0	0	8	12	19	14	26	16	
Adalberto Aragão	Encaminhamentos	0	0	0	0	1	1	4	5	1	0	26
	Informações	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	
	Mediação	0	0	0	0	3	0	6	1	1	0	
Santa Inês	Encaminhamentos	0	0	0	0	0	1	0	9	8	7	104
	Informações	0	0	0	0	0	2	0	2	5	1	
	Mediação	0	0	0	0	0	34	0	12	15	8	
Sobral	Encaminhamentos	0	0	0	0	0	4	14	14	21	15	210
	Informações	0	0	0	0	0	1	25	23	33	22	
	Mediação	0	0	0	0	0	2	10	11	9	6	
Total												3.004

FONTE: Coordenação do Programa Justiça Comunitária.



2.3.2. PROJETO CIDADÃO



Apresentação

O Projeto Cidadão é um trabalho social realizado há 11 anos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e não-governamentais. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos da área social: saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.

Como Funciona

De natureza itinerante, o Projeto Cidadão, coordenado pelo Desembargador Arquilau de Castro Melo, percorre todo o estado do Acre, subindo os rios ou vencendo a distância de estradas e ramais, proporcionando à população carente da Capital e do interior inúmeros serviços como:

- ✓ Emissão de documentos: registro civil, casamento, reconhecimento de paternidade, divórcio e separações consensuais, registro de firma e autenticação de documentos, registros de associações, atas e estatutos, carteira de identidade, CPF, alistamento militar, alistamento eleitoral e carteira de trabalho.
- ✓ Orientação e assistência jurídica.
- ✓ Palestra sobre meio ambiente (reciclagem de lixo), segurança, oficinas de arte e educação, primeiros socorros e artesanato regional.
- ✓ Serviços na área de saúde, como atendimentos médico e odontológico, multivacinação, distribuição de medicamentos, soros e preservativos.
- ✓ Atividades esportivas (futebol, vôlei, capoeira, corrida), shows, corais e peças teatrais.

Objetivos

- ✓ Cerca de 60 instituições governamentais e não-governamentais, coordenadas pelo Tribunal de Justiça, prestam atendimento através do Projeto Cidadão, tendo como objetivo democratizar os serviços públicos e fortalecer o exercício de cidadania.
- ✓ Levar serviços às regiões geograficamente distantes dos centros urbanos, como vilas, comunidades ribeirinhas e indígenas, margens de estradas, ramais e seringais, assegurando às famílias residentes nessas localidades a obtenção de documentação básica, além dos benefícios das políticas públicas.



Importância Social

Em um estado como o Acre, garantir o direito à documentação e aos serviços públicos significa vencer distâncias. A mesma distância que os moradores das regiões mais afastadas do Estado precisam enfrentar na hora de procurar um cartório. Para essas pessoas, registrar um filho significa muitas vezes descer os rios ou cortar as florestas em longas horas de caminhada. Com o Projeto Cidadão, essa população passou a ter

acesso, em suas próprias localidades, aos serviços que antes só eram oferecidos na Capital ou nos centros urbanos mais próximos. Hoje, com 11 anos em atividade, o Projeto Cidadão se orgulha de ter atendido mais de 60% da clientela potencial no município de Rio Branco e de levar às comunidades mais isoladas do Estado atendimento jurídico, médico-odontológico, palestras educativas e atividades culturais, esportivas e de lazer.

Localidades atendidas

25 Etapas, sendo 5 em Rio Branco e 20 no interior.

Município de Rio Branco:

1. Bairro Tancredo Neves
2. Fórum barão do Rio Branco (edição Expoacre)
3. Bairro Placas
4. Bairro Taquari (edição Móveis Gazim)
5. Penitenciária Francisco de Oliveira Conde

Regional Baixo Acre - Porto Acre/Rio Branco

6. Projeto de Assentamento Boa Água
7. Projeto de Assentamento Colibri
8. Vila do V – Humaitá

Município de Xapuri

9. Localidade Seringal Cachoeira

10. Localidade Sibéria

Município de Brasiléia

11. Sede do Município (voltado para Refugiados Bolivianos)

12. Projeto de Assentamento Quixadá

Município de Epitaciolândia

13. Sede do Município

Município de Assis Brasil:

14. Aldeia Jatobá

15. Seringal Icuriã

16. Sede do Município

Município de Capixaba

17. Sede do Município

Município de Sena Madureira

18. Sede do Município

Município de Feijó

19. Comunidade Vista Alegre

Município de Tarauacá

20. Localidade Rio Liberdade

21. Aldeia Indígena Katukina

Município de Jordão

22. Sede do Município

Município de Cruzeiro do Sul

23. Sede do Município (Expoacre Juruá)

Município de Mâncio Lima:

24. Localidade Tartaruga/Val Paraíso

25. Aldeia Indígena República (Nukinis)

Quantidade de atendimentos prestados por localidade

LOCALIDADE	Nº DE ATENDIMENTOS
RIO BRANCO	31.100
JORDÃO	9.828
CRUZEIRO DO SUL	8.773
ASSIS BRASIL	6.437
CAPIXABA	4.703
EPITACIOLÂNDIA	4.657
XAPURI	4.222
MÂNCIO LIMA	4.070
SENA MADUREIRA	3.648
BRASILÉIA	2.944
PORTO ACRE	2.468
TARAUACÁ	2.089
FEIJÓ	1.217
TOTAL	86.156

Observação: o total de atendimento inclui documentos expedidos, fotografias e fotocópias necessárias para a expedição dos documentos, atendimentos do INCRA (registro de terra, preenchimento de cadastro), atendimento do INSS (seguridade social e informações previdenciárias), atendimento da Defensoria Pública no tocante à assistência e orientação jurídica, atendimento das Secretarias Municipais de Saúde (vacinação e consultas médicas/odontológicas).

FONTE: Coordenação do Projeto Cidadão.

Atendimentos realizados através do Projeto Cidadão em 2008

Documentos expedidos

CPF	9.096
IDENTIDADE	7.443
CARTEIRA DE TRABALHO	4.382
TITULO ELEITOR	1.505
REGISTRO DE CASAMENTO	2.027
REGISTRO DE NASCIMENTO	1.109
SENTENÇAS PROLATADAS	2.449
ATENDIMENTOS DO INSS	906
REGISTRO ADMINISTRATIVO FUNAI	889
SUBTOTAL	29.806

FONTE: Coordenação do Projeto Cidadão.

Outros serviços prestados

FOTOCÓPIAS PARA SUBSIDIAR EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	15.756
FOTOGRAFIAS	16.820
DISTRIBUIÇÃO KITS ESCOLARES	7.000
PARTICIPAÇÕES EM PALESTRAS	5.695
ORIENTAÇÃO JURÍDICA	4.569
ATENDIMENTOS NA AREA DE SAÚDE	2.930
ENTRETENIMENTO E LAZER INFANTIL	2.480
ATENDIMENTOS NA ÁREA DE ESTÉTICA E BELEZA	1.100
SUBTOTAL	56.350
TOTAL GERAL	86.156

FONTE: Coordenação do Projeto Cidadão.



2.3.3 CENTRAL DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS - CEPAL

Apresentação

Resultado de um convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Ministério da Justiça, a Central de Execução de Penas Alternativas - CEPAL foi instituída em 2002 pelo Conselho da Magistratura do Acre, para atuar junto a Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco. Sua criação foi motivada pela necessidade de um serviço especializado, com o propósito de tornar mais efetiva a execução de penas alternativas na Capital. Posteriormente, núcleos da CEPAL também foram instalados nas comarcas de Cruzeiro do Sul, em 2004, e Brasília, em 2005.

Objetivos

- ✓ Gerenciar e fiscalizar o cumprimento da pena alternativa, medida punitiva de caráter educativo e socialmente útil, imposta às infrações de baixo potencial ofensivo no lugar da pena privativa de liberdade, que não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e dos seus familiares e não o expõe aos riscos do sistema penitenciário.
- ✓ Aperfeiçoar os procedimentos que envolvem a execução das penas restritivas de direitos, principalmente para garantir que elas sirvam de instrumento eficiente para a distribuição de justiça social, por um lado, e para a educação do infrator, por outro.

Como Funciona

- ✓ A CEPAL atua nos processos em que o indivíduo recebe pena de Prestação de Serviços à Comunidade e Prestação Pecuniária, ou obtém os benefícios do Regime Semi-Aberto, Aberto, Livramento Condicional, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena, promovendo reuniões de orientação e fiscalização das penas alternativas impostas pelos juízes.
- ✓ Do ponto de vista organizacional, é composta por duas equipes: uma administrativa, que trabalha no atendimento direto ao reeducando; e uma técnica multiprofissional, que realiza o atendimento psicossocial ao reeducando e à sua família.
- ✓ Nos crimes de pequeno e médio potencial ofensivo, os processos são suspensos por determinado prazo (Suspensão Condicional do Processo), enquanto o beneficiário da medida cumpre as condutas determinadas pelo juiz, que podem ser Pena Pecuniária ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
- ✓ Na esfera da execução penal, quem recebe os benefícios dos regimes Semi-aberto e Aberto ou do Livramento Condicional, se submete à frequência em cursos profissionalizantes e outras atividades de ressocialização, ao comparecimento mensal obrigatório em cartório e a horário de recolhimento.

Etapa 2

Posteriormente, a equipe técnica da CEPAL encaminha o reeducando para uma instituição parceira próxima de sua residência, na qual o reeducando possa exercer atividades compatíveis com sua formação profissional. A instituição parceira recebe um ofício com a ficha de encaminhamento do reeducando, informando a quantidade de dias e horas a serem cumpridas, assim como folhas de relatório mensal da PSC, a serem fiscalizadas pela equipe técnica. A CEPAL acompanha sistematicamente a PSC, por meio de visitas da equipe técnica à instituição parceira no dia e horário em que o reeducando presta serviço, e elabora relatórios periódicos.

Etapa 3

Ao término da PSC, são contabilizadas as horas e dias de trabalho cumpridos pelo reeducando e avaliados os relatórios mensais da instituição parceira. O resultado final é comunicado ao juiz, que verificando o cumprimento integral da medida, prola sentença de extinção da pena.

Importância Social

Ao tentar promover a reinserção social dos reeducandos através de cursos profissionalizantes, educação e trabalho, a atuação da CEPAL fomenta na sociedade a discussão quanto à problemática do crime, no intuito de encontrar soluções viáveis de recuperação do indivíduo, envolvendo a sociedade como membro ativo na execução penal e no processo de retorno ao convívio social dos egressos.



CEPAL DA COMARCA DE RIO BRANCO

Atividades realizadas em Rio Branco - 2008

Atividade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimento e entrevista individual	60	65	74	88	85	70	70	82	130	128	135	150	1.137
Encaminhamento para PSC	75	39	63	84	52	50	55	94	60	65	63	80	780
Comunicados	121	181	193	184	200	284	169	184	105	110	111	203	2.045
Visita institucional	02	-	-	-	-	-	-	06	03	05	03	04	23
Relatório de Acompanhamento	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	02	32
Encaminhamento Médico	-	01	-	-	-	-	-	05	-	-	-	02	8
Visita de fiscalização	08	05	30	-	-	30	-	10	-	-	-	08	91
Visita domiciliar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encaminhamento para tratamento de dependência química	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Grupos de PSC	-	01	-	-	-	-	-	04	04	04	04	04	21
Contatos telefônicos	08	06	08	28	20	30	29	50	57	60	58	72	426
Análise de processos	81	89	214	128	206	261	108	258	224	218	220	355	2.362
Levantamento de Instituições Parceiras	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
Reunião com instituições parceiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras atividades	28	58	80	64	65	178	122	155	117	115	130	170	1.282
Total	383	445	663	576	628	903	553	879	700	705	724	1.050	8.209

FONTE: CEPAL da Comarca de Rio Branco.

CEPAL DA COMARCA DE BRASILÉIA

Atividades realizadas em Brasília - 2008

Atividades	Nº de Atendimentos
Atendimento e entrevista individual	55
Encaminhamento para PSC	54
Visita institucional	41
Visita domiciliar -	-
Visita de fiscalização às Instituições Parceiras	108
Encaminhamento para tratamento de dependência química	1
Levantamento individual de Instituições Parceiras	41
Análise de processos	-
Grupo PSC (reuniões)	2
Encaminhamento médico	-
Contatos telefônicos	0
Relatório de acompanhamento	54 -
Outras atividades	-
Total	356

FONTE: CEPAL da Comarca de Brasília.

CEPAL DA COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL

Atividades realizadas em Cruzeiro do Sul - 2008

Descrição das Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Atendimentos individuais pela Equipe Técnica	00	00	00	00	00	00	00	10	34	61	00	00	105
Encaminhamento para PSC	16	35	31	23	21	27	19	14	11	13	06	07	223
Visita institucional	42	38	50	30	00	00	30	32	15	83	00	00	320
Relatórios psicossociais e comunicados	00	00	00	00	00	00	00	08	26	49	00	00	83
Encaminhamento médico/dependência química	00	00	01	00	00	00	00	00	03	01	00	00	5
Visita domiciliar	00	00	00	00	00	00	00	02	04	01	00	00	7
Fiscalização da PSC	42	38	50	30	00	00	30	32	15	83	00	00	320
Grupos de pré-PSC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0
Contatos telefônicos	06	15	09	12	22	14	15	15	10	13	08	10	149
Análise de processos	110	206	192	315	167	229	242	263	211	401	395	196	2.927
Encaminhamento para curso profissionalizante	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0
Inserção nas turmas educacionais	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0
Outras atividades	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0
Total													4.139

FONTE: CEPAL da Comarca de Cruzeiro do Sul.

RELATÓRIO
de GESTÃO

2008

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

EQUIPE 2008

João Thaumaturgo Neto

Diretoria Geral

Patrícia Tavares de Araújo

Diretoria Judiciária

Paulo Justino Pereira

Diretoria de Planejamento
e Orçamento

Dirce Oliveira Teodoro

Diretoria de Finanças

Antônio Rodrigues Vidal

Diretoria de Recursos
Humanos

Roberto Romanholo

Diretoria de Tecnologia
da Informação

**Fernanda de
Araújo Cunha**

Gabinete da Presidência

**Francisco Carlos do
Nascimento Vasconcelos**

Assessor da Presidência

Antônio Sérgio Faria Araújo

Assessoria Jurídica da
Presidência

**Alissandra Brasil de
Menezes Fontenele**

Assessoria Técnica de
Recursos Humanos

**Ten. Cel. Antonio
Machado Teixeira**

Assessoria Militar da Presidência

Raimundo Menezes de Abreu

Assessoria de Controle Interno

Letícia Helena Mamed

Assessoria de Comunicação Social

Giuliana Evangelista de Araújo

Conselho da Magistratura

Angelo Douglas de Souza Lima

Relações Públicas e Cerimonial

Ana Lúcia Silva Bezerra

Acervo Bibliográfico e Arquivo

Adauto da Silva Góis

Coodenadoria
Administrativa

Antônio Flores de Queiroz

Coodenadoria de
Engenharia, Arquitetura e
Manutenção

Hélio Oliveira de Carvalho

Coordenadoria
de Logística

**Áidono Belmonte
de Lima**

Coordenadoria do
Parque Gráfico

EXPEDIENTE

EQUIPE DE TRABALHO

Alisson Matos Mourão

João Thaumaturgo Neto

Letícia Helena Mamed

Keops Francisco Cordeiro de Souza

Márcio da Silveira Cavalcanti

Newton Cardoso Madeira

Paulo Justino Pereira

Sílvio de Freitas Brum

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Fernando de Castro Sobrinho

Letícia Helena Mamed

FOTOS

Acervo da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

IMPRESSÃO

Parque Gráfico do Tribunal de Justiça do Estado Acre



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Floriano Peixoto, 456. Centro.
69.908-350. Rio Branco-AC.
(68) 3211 5300 - 3211 5309
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: asimp@tjac.jus.br

